

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CIÊNCIAS SOCIAIS/LICENCIATURA**

LUANA NUNES LICÁ

**O ADOECIMENTO DOCENTE NO ENSINO BRASILEIRO: UM ESTADO DA ARTE
DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS (2013 - 2023)**

**BRASÍLIA
2025**

Luana Nunes Licá

**ADOECIMENTO DOCENTE NO ENSINO BRASILEIRO: UM ESTADO DA ARTE
DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS (2013 - 2023)**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências
Sociais da Universidade de Brasília
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cigales

Brasília
2025

Licá, Luana Nunes

Adoecimento docente no ensino brasileiro:
Um estado da arte de artigos em periódicos acadêmicos (2013-2023)/ Luana
Nunes Licá; Orientador, Marcelo Cigales. 2025.

57p.

Trabalho de Conclusão de Licenciatura - Universidade de Brasília, Instituto
de Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais, Brasília, 2024.

1. Adoecimento docente 2. Saúde docente 3. Trabalho docente 4. Estado da arte.
Título de Licenciatura. Cigales Marcelo. III. Universidade de Brasília, Instituto
de Ciências Sociais

LUANA NUNES LICÁ

**Adoecimento docente no ensino brasileiro:
um estado da arte de artigos em periódicos acadêmicos (2013-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Sociologia, da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para a obtenção de
grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cigales

Brasília, 23 de julho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Marcelo Cigales
Orientador
Universidade de Brasília

Daniela Felix Martins Kawabe
Universidade de Brasília

Carolina Monteiro De Castro Nascimento
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Lucélia e Amadeu por todo o apoio durante todo esse tempo, aos meus irmãos a Letícia e ao André por me motivarem sempre a seguir em busca do sonho da formação, a Andressa e a Mariana que estiveram nessa jornada comigo e jamais deixaram com que os os desafios da graduação nos fizessem desistir da licenciatura.

Agradeço aos amigos que me incentivaram nessa jornada e me escutaram com paciência e quando precisei, sem todos nesta rede de apoio principalmente por Doka eu não poderia imaginar como seria. E ao Profº. Dr. Marcelo Cigales pelas orientações, e a Profª. Dra. Daniela Felix Martins e a Profª. Carolina Nascimento por aceitarem o convite e fazerem parte dessa banca avaliadora.

“Ensinar exige alegria e esperança”
Paulo Freire.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os principais fatores associados ao adoecimento docente no Brasil. Para tanto, realizou-se um levantamento do tipo Estado da Arte, com foco em artigos publicados em periódicos acadêmicos entre os anos de 2013 e 2023. A escolha deste recorte temporal justifica-se por duas razões centrais: i) a intensificação das reformas educacionais no período, marcadas por mudanças nas políticas públicas voltadas à educação básica; e ii) os impactos da pandemia de Covid-19, que impuseram novas exigências e tensões ao trabalho docente. A pesquisa foi conduzida por meio da plataforma Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: a) adoecimento docente, b) trabalho docente, c) saúde docente. Os resultados iniciais indicaram aproximadamente 16.000 publicações para o primeiro e o terceiro descritor, e cerca de 151.000 para o segundo a grande quantidade de publicações é um dos desafios da metodologia, e para sair dessa grande quantidade de produção foi necessário usar os critérios de seleção dos artigos, que considere os seguintes fatores de inclusão: pertinência temática identificada a partir da leitura dos resumos, foco em docentes da educação básica no Brasil e publicação no período estabelecido. Foram excluídas produções exclusivamente voltadas ao ensino superior, em língua estrangeira ou cujo escopo extrapolasse a temática do adoecimento docente. Após a triagem, 24 artigos compuseram o corpus final da análise. Os resultados revelam que o adoecimento docente está fortemente relacionado a fatores como a sobrecarga de trabalho, a desvalorização da profissão, a pressão por desempenho e a crescente violência no ambiente escolar. Além disso, destaca-se a recorrência de quadros de síndrome de Burnout e sofrimento psíquico entre os profissionais da educação, especialmente no contexto pós-pandêmico.

Palavras-Chave: Adoecimento docente, Saúde docente, Trabalho docente, Estado da arte.

ABSTRACT

This study aims to analyze the main factors associated with teacher illness in Brazil. To this end, a State of the Art literature review was conducted, focusing on articles published in academic journals between 2013 and 2023. The chosen timeframe is justified by two key elements: the intensification of educational reforms during this period, marked by changes in public policies targeting basic education; and the impact of the Covid-19 pandemic, which introduced new demands and stressors to the teaching profession. The research was carried out using the Google Scholar database, with the following descriptors: a) teacher illness, b) teaching work, and c) teacher health. The initial search returned approximately 16,000 results for the first and third descriptors, and around 151,000 for the second. Article selection followed specific inclusion criteria: thematic relevance based on abstract screening, focus on basic education teachers in Brazil, and publication within the selected timeframe. Exclusion criteria included studies focused exclusively on higher education, non-Portuguese language publications, and works that extended beyond the theme of teacher illness. After applying these filters, 24 articles were included in the final analysis. The results show that teacher illness is closely linked to factors such as work overload, professional devaluation, performance pressure, and increasing violence in schools. Furthermore, the recurrence of conditions such as burnout syndrome and psychological distress among Brazilian teachers particularly in the post-pandemic context was a prominent finding across the analyzed literature.

Keywords: Teacher illness, Teacher health, Teaching work, State of the art.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Passo a passo, realização estado da arte30

Quadro 2- Dados coletados para a pesquisa..... 34

Quadro 3- Gráfico por área de conhecimento..... 36

Quadro 4- Mapeamento de produção..... 37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM- Amazonas

BA- Bahia

BNCC-Base Nacional Comum Curricular

CAPES-Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior

CE- Ceará

CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CLT-Consolidação das leis trabalhistas

Fundeb-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GO-Goiás

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ideb- Índice de desenvolvimento da educação básica

MEC- Ministério da Educação

MG- Minas Gerais

MT-Mato Grosso

NEM- Novo ensino médio

OCDE- Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico

PE- Pernambuco

PIB-Produto Interno Bruto

PISA-Programa Internacional de avaliação de estudantes

PNE- Plano Nacional de Educação

PR-Paraná

RJ- Rio de Janeiro

RN-Rio Grande do Norte

RS-Rio Grande do Sul

SP-São Paulo

Saeb-Sistema de avaliação da Educação Básica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. Entre as normativas e a realidade profissional docente no Brasil.....	16
1.1 A formação docente.....	16
1.2 Realidade - Os desafios vivenciado por professores na sua profissão.....	19
1.4 Considerações sobre o capítulo.....	23
2. “Estado da Arte” como uma metodologia de pesquisa exploratória.....	24
2.1 Origem e surgimento do estado da arte.....	26
2.3 Organização e análise de leitura.....	28
2.4 Os limites do Estado da Arte.....	31
3. O que dizem os estudos sobre o adoecimento docente?.....	33
3.1 As causas do adoecimento docente, segundo a literatura analisada.....	38
3.1.1 A organização do trabalho docente, a sobrecarga e a precarização.....	38
3.1.2 Desvalorização Docente, Violência escolar, Efeitos pós pandemia.....	41
3.1.3 Medicalização, Burnout e Sofrimento psíquico.....	43
3.1.4 Interação dos fatores.....	46
4. Considerações finais.....	49
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

O adoecimento docente no Brasil tem se tornado um tema cada vez mais recorrente nas pesquisas acadêmicas e nas discussões sobre a crise da educação no país. Embora historicamente a profissão docente seja diretamente associada à dedicação e a vocação e ao compromisso que se tem com a formação das atuais e futuras gerações, os dados e relatos mais recentes revelam a existência de um cenário preocupante onde os professores e professoras do nosso país estão adoecendo. Seja por motivos de sobrecarga de trabalho, desvalorização institucional, exposição à violência e até mesmo pelo esgotamento emocional, os profissionais da educação vêm enfrentando um processo tenso e contínuo de desgaste físico e psicológico que comprometem não apenas sua saúde, mas também a qualidade da educação disponibilizada como é abordado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2018) na matéria onde mais de 66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde e juntamente com a desvalorização dessa carreira são obtidas as consequências que prejudicam o processo de ensino e inclusive já existem dados como o de Muniz (2019) que mostram o grande desinteresse das novas gerações por essa profissão pela desvalorização que sofre, em uma década esse dado caiu de 7,5% para 2,4% de jovens que perderam o interesse.

O tema deste trabalho surgiu justamente da necessidade de olhar com mais atenção para essas condições, o adoecimento docente não é um problema individual, mas um reflexo das estruturas sociais, políticas e econômicas que organizam o sistema educacional no Brasil. Com o avanço de reformas como o Novo Ensino Médio, a intensificação da cobrança por resultados e a ausência de políticas públicas na valorização do magistério, os professores passaram a ser pressionados de todos os lados e muitas vezes sem o respaldo institucional. Além disso, a pandemia de Covid-19 acentuou ainda mais esse cenário, colocando os docentes no centro de uma crise, que os exigiu emocional e os conhecimentos tecnológicos de forma intensa e repentina como encontrado na pesquisa do site Nova Escola que de acordo com Lyra (2022) foram muitas as consequências negativas que ficaram nesse pós período pandêmico, que será abordado nos capítulos seguintes.

O interesse pela presente temática surgiu durante a realização do estágio obrigatório do curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB), do final do ano de 2022 ao final de 2023, quando tive a oportunidade de presenciar diversas situações que envolviam o mal estar físico e emocional entre os professores do Centro de Ensino Médio 01 da região

administrativa de São Sebastião. Essas vivências despertaram múltiplos questionamentos e estranhamentos que motivaram a busca em compreender, de forma aprofundada, as causas e os fatores do adoecimento docente. A escolha por realizar um levantamento do tipo “estado da arte” se deu como maneira de investigar o que a literatura acadêmica tem produzido sobre o tema. Este trabalho se justifica, portanto, pela urgência em abordar o adoecimento docente como um fenômeno estrutural, e sistemático não apenas expressão da fragilidade individual. E a justificativa para o período do recorte de uma década é pela necessidade de observarmos vários elementos consideráveis que afetaram a política brasileira educacional pelos desinvestimentos que ocorreram nesse período, tais como, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Brasileira (DCNs) 2013, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014, implementação da Reforma do Ensino Médio por Medida Provisória em 2017; aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018, o período de ensino remoto diante a Pandemia de COVID19 (2020), o golpe jurídico parlamentar e empresarial durante o mandato presidencial de Dilma Rousseff (2010-2016) que trouxe impactos no investimento da educação afetando a qualidade do ensino e nos projetos de infraestrutura educacional.

Diante disso, o trabalho pretende analisar “*O que as pesquisas acadêmicas, em formato de artigo científico, evidenciam sobre o adoecimento docente no Ensino Brasileiro no período de 2013 a 2023?*” E para responder esse questionamento, a metodologia escolhida foi o estado da arte, com levantamento e análise de 24 artigos publicados em periódicos acadêmicos nacionais entre os anos de 2013 e 2023 a busca foi feita na base de dados do Google Acadêmico utilizando as palavras chaves definidas e os critérios de inclusão e de exclusão que serão explicados no segundo capítulo essa quantidade de artigos foi refinada com a triagem de critérios de inclusão além da leitura dos resumos dos artigos a quantidade se justifica pelo prazo de realização deste trabalho. A partir da sistematização da literatura, foram identificadas temáticas, causas recorrentes e fatores que se repetem como causas do adoecimento entre os professores.

O trabalho foi planejado da maneira seguinte: no primeiro capítulo, temos o contexto do adoecimento docente no Brasil, com destaque para a discussão sobre a formação de professores, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata da valorização dos profissionais da educação no período de 2014 a 2024 e também busca apresentar um cenário da realidade da prática docente de acordo com algumas pesquisas para alcançar o primeiro objetivo que é apresentar a estrutura do trabalho

docente no ensino brasileiro como a formação e a atuação. No segundo capítulo, é apresentada a metodologia utilizada, sendo o estado da arte como caminho de pesquisa, detalhando os critérios que foram utilizados para a seleção dos artigos, as etapas do levantamento dos dados e sistematização e o processo de análise e categorização dos textos. O terceiro capítulo é dedicado à análise dos resultados, organizada em tópicos: o primeiro discute a organização do trabalho docente a sobrecarga, a precarização e a dupla jornada, evidenciando o excesso de trabalho e a informalidade no exercício da carreira; o segundo capítulo vai tratar da desvalorização, da violência escolar e dos efeitos do pós-pandemia, abordando a ausência de reconhecimento institucional, o aumento dos casos de violência e os impactos decorrentes da crise sanitária; por fim, já o terceiro tópico analisa a medicalização, o burnout e o sofrimento psíquico, refletindo sobre o esgotamento emocional dos professores e também a tendência da medicalização como resposta e aqui neste capítulo se baseia no segundo objetivo de explicar a metodologia do Estado da Arte para a pesquisa..

E por último, mas não menos importante, são apresentadas as considerações finais e os resultados, retomando a problematização inicial que oferece resposta desenvolvida durante a análise, refletindo sobre as possíveis consequências do adoecimento docente tanto para os professores quanto para os alunos. Destacam-se os principais achados dos artigos analisados em forma de tabelas, bem como se propõem caminhos de intervenção que priorizem o cuidado e apoio ao professor como uma responsabilidade política neste capítulo o objetivo específico a ser aplicado é a sistematização da produção científica sobre o adoecimento docente do período definido, os objetivos específicos do trabalho estão seguindo a mesma estrutura dos capítulos apresentados. Durante os capítulos, este estudo buscou ir além de uma abordagem apenas descritiva, mas sugerindo que fosse uma análise crítica e sensível da realidade de quem educa. E falar do adoecimento dos nossos professores é, acima de tudo, romper com esse silêncio que ainda cerca a escola como um local também de dor e como resistência. É reafirmar que a batalha por uma educação que seja de qualidade começa, necessariamente, pelo reconhecimento e valorização do professor.

1. Entre as normativas e a realidade profissional docente no Brasil

A educação é frequentemente apontada como maneira de solução para diversos problemas sociais, e sendo concebida como um instrumento capaz de poder transformar a sociedade e impulsionar o desenvolvimento, seja ele de ordem social ou econômica. No Brasil, seguem-se as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores, que estabelecem os parâmetros e normativas para os cursos de licenciatura (Brasil, 2017; Brasil, 2015). Na teoria, a carreira do professor no Brasil apresenta uma ótima estrutura, dando início na formação acadêmica, passando por concursos públicos ou contratações em instituições privadas que permitem o ingresso profissional por meio de especializações como o mestrado e o doutorado.

No caso da rede pública, por exemplo, há elevação de cargo de acordo com tempo de serviço, no desempenho profissional e, em alguns casos, por meio dos critérios estabelecidos pelos próprios sistemas de ensino. Além disso, a BNCC e o Plano Nacional de Educação (PNE) orientam nos objetivos, metas e estratégias voltadas ao que diz respeito à valorização da carreira docente. Diante deste cenário, este capítulo primeiro tem como objetivo apresentar um panorama sobre as principais políticas públicas que são voltadas à formação docente brasileira, discutindo suas diretrizes formais e os desafios que encontrados na sua efetivação.

1.1 A formação docente

A formação docente no Brasil¹ É geralmente iniciada, através dos cursos de licenciatura, responsáveis por capacitar e habilitar professores para a atuação na educação básica. Os cursos buscam cumprir obrigatoriamente uma carga horária mínima de 3.200

¹ A história da formação docente no Brasil é marcada por tensões persistentes entre teoria e prática, pesquisa e docência, e entre as exigências do currículo acadêmico e a realidade concreta das escolas. Um marco relevante foi a criação do modelo “3+1” (três anos de formação disciplinar e um de formação pedagógica), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, durante o governo de Getúlio Vargas. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), passou-se a exigir formação em nível superior para a docência na educação básica e a reconhecer o estágio supervisionado como componente curricular obrigatório. No entanto, a LDB não eliminou completamente a fragmentação curricular herdada do modelo anterior. A partir de 2002, com a Resolução CNE/CP nº 1 e o Parecer CNE/CES nº 101, buscou-se uma maior articulação entre saberes específicos e pedagógicos, além de reforçar o estágio como um processo formativo vinculado à prática escolar. Apenas com a Resolução CNE/CP nº 2/2015 houve avanços mais significativos, como a valorização da formação por competências, o fortalecimento da integração entre teoria e prática desde o início do curso e o compromisso com a inclusão, a diversidade e a justiça social. Sobre os aspectos históricos da formação docente no Brasil, consulte Saviani (2009).

horas, sendo exigido que 1.600 horas do mesmo seja cumprida de forma presencial, conforme estabelecido pela legislação vigente (BRASIL, 2024). Essa carga horária é dividida entre as mais diversas disciplinas teóricas, os estágios supervisionados, as disciplinas metodológicas, e as práticas didáticas que compõem uma formação que busca atender às exigências da prática pedagógica, dessa maneira, se espera que o professor mantenha uma formação contínua durante a sua carreira, como uma forma de assegurar estabilidade e atualização diante das constantes mudanças que impactaram o sistema educacional.

Já para atuar na educação infantil, nas pré-escolas, creches, nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), é necessário possuir a formação da licenciatura em pedagogia que também é um curso de nível superior, para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e para o ensino médio, é necessário a licenciatura na área específica da disciplina que se pretende lecionar.

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2023, o Brasil registrou o total de 2.354.194 docentes trabalhando na educação básica. Esse número, no entanto, mostra-se consideravelmente pequeno diante da quantidade de estudantes matriculados no mesmo período, 47,3 milhões de alunos, distribuídos em aproximadamente 178,5 mil escolas em todo o país. Esses dados mostram a complexidade do sistema educacional brasileiro, e também as dificuldades enfrentadas no que diz respeito à relação entre proporção dos número de alunos e professores, o que afeta diretamente na qualidade do ensino e nas condições de trabalho do docente.

A carreira do docente é crucial no processo de educação pois nesse sentido, o professor não é um mero transmissor de conhecimento, mas um agente que desempenha um papel fundamental de maneira significativa para o desenvolvimento das competências e habilidades cognitivas e éticas, a empatia, o pensamento crítico, a autonomia, a independência intelectual. Ao desempenhar esta função, o professor contribui para a construção da vida social e também da formação da cidadania, sendo responsável, não apenas pela disseminação dos conhecimentos, mas também pela construção de planos de ensino as conhecidas práticas pedagógicas, produção de materiais didáticos e avaliativos, bem como pela constante adaptação metodológica às diversas realidades dos alunos. O lecionar, vai além da ideia limitada de atuação em sala de aula, e se configura como uma prática complexa e multifacetada que envolve mediação crítica e uma formação completa do indivíduo.

No cenário brasileiro, o ingresso na carreira docente no setor público se dá, majoritariamente, por meio dos concursos públicos nas esferas federal, estadual e municipal.

Esses processos de seleção, em geral, avaliam os conhecimentos específicos da área de atuação, como os saberes pedagógicos e os normativos. Após o ingresso, a formação contínua não é apenas uma exigência legal, mas uma necessidade diante das transformações e mudanças constantes no campo educacional, permitindo ao profissional se requalificar e também adaptar-se às novas exigências da prática docente.

Apesar da atuação do professor na educação básica não se limitar às escolas regulares, incluindo também as instituições de ensino com tempo integral, escolas técnicas e as escolas profissionalizantes, o que aumenta a complexidade das exigências sobre o mesmo. Este contexto requer políticas públicas que reconheçam a centralidade do trabalho do professor para a consolidação de uma educação pública com um bom padrão de qualidade.

Nos termos legais, o sistema educacional brasileiro é regido por diversos dispositivos e normativos que estabelecem seus princípios, diretrizes e formas de funcionalidade. Ele é estruturado em distintos níveis e modalidades de ensino, definidos principalmente pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), além de documentos complementares que direcionam a organização e a administração da educação no país.

A Constituição de 1988, em seu artigo 205, declara que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já o artigo 208 assegura o acesso de maneira gratuita e obrigatória à educação básica, reconhecendo o papel estratégico da instituição escolar na oferta da igualdade e na superação das desigualdades históricas que caracterizam a sociedade brasileira.

Complementarmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) regula o sistema educacional brasileiro. Trata-se de um documento estruturante, que é composto por nove títulos e noventa e dois artigos, que define os objetivos, princípios, e a organização da educação nacional. A chamada LDB direciona-se para a proteção dos direitos sociais, pela promoção da inclusão e luta às desigualdades, estabelecendo como princípios a igualdade das condições para o acesso e a permanência na escola, a administração de maneira democrática do ensino público e a valorização dos profissionais da educação.

Outro instrumento fundamental de planejamento e avaliação das políticas educacionais é o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014. Este é um plano decenal que estabelece objetivos, metas e estratégias para o avanço da educação brasileira, com responsabilidades compartilhadas entre União, Estados e Municípios. Entre suas vinte

metas, destacam-se a Meta 5, que previa a alfabetização de todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental, e a Meta 15, que visa garantir que os professores da educação básica atuassem na área correspondente à sua formação de nível superior. No entanto, conforme relatório de 2020, apenas cerca de 50,6% dos professores atendem a essa demanda, revelando o descumprimento de metas estruturais e seu impacto direto sobre a qualidade da educação. Das vinte metas propostas presentes, apenas a Meta 2 que previa a universalização do ensino fundamental de nove anos para a população de 6 a 14 anos foi cumprida. A vigência do plano, inicialmente era válido até 2024, mas foi prorrogada, dado o não cumprimento de parte significativa de seus objetivos².

No ano de 2020, também teve aprimoramento do novo Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação através da emenda constitucional nº108 onde se tornou permanente, (Brasil 2025) o Fundeb que é um instrumento importante para o nosso país, por uma das principais formas de custear o financiamento da educação, o que deveria significar educação com equidade, melhorias de infraestrutura, e valorização dos docentes.

Por fim, não menos relevante, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo de grande impacto para a política educacional. Homologada entre 2017 e 2018, a BNCC estabelece as competências, habilidades e aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas a todos os estudantes desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Este é um busca garantir o direito à aprendizagem e à formação humana integral, promovendo uma educação com foco para a justiça social, os valores democráticos, e a inclusão. Elaborada pelo Ministério da Educação em colaboração com as redes de ensino, a BNCC direciona os currículos escolares de todo o país e busca assegurar a igualdade e a excelência do ensino.

1.2 Realidade - Os desafios vivenciado por professores na sua profissão

² O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento de planejamento de longo prazo instituído por lei federal, com vigência decenal, que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira. O atual projeto de lei (PL nº 2614/2024) trata do novo ciclo do plano, com vigência prevista para o período de 2024 a 2034. Dentre seus eixos prioritários, destaca-se a formação docente, com metas voltadas à elevação da titulação mínima dos professores da educação básica, à ampliação da formação inicial e continuada em nível superior, e à valorização profissional por meio de políticas de carreira, condições de trabalho e regime de dedicação exclusiva, especialmente no ensino superior. O plano também prevê o fortalecimento dos cursos de licenciatura, a integração entre teoria e prática e a articulação entre formação docente e demandas sociais, culturais e territoriais.

Ao deixarmos o âmbito das leis, o campo das legislações e documentos normativos, chegamos em uma realidade educacional caracterizada por diversas discrepâncias, o que torna esse tema da qualidade do ensino um campo complexo e sensível, principalmente diante de persistentes desigualdades de acesso e permanência dos alunos. Essas desigualdades impactam diretamente na efetividade das políticas educacionais e também na construção de uma educação pública eficaz e com qualidade, e sendo essa a questão que será aprofundada no terceiro capítulo deste estudo.

O exercício da docência vai muito além do ato de ensinar em sala de aula. Envolve por exemplo o planejamento de aulas, a criação de conteúdos e avaliações, a adaptação de metodologias, participação das reuniões pedagógicas, a correção de atividades e o lançamento de notas, entre muitas outras tarefas. Trata-se de uma profissão que demanda intensa dedicação física e mental, e por muitas vezes ultrapassando o espaço escolar formal e impondo indiretamente aos docentes jornadas múltiplas e exaustivas. Por esse motivo, a rotina de um docente se distingue de outras profissões, ela requer o desempenho de funções que são para além dos horários e ambientes institucionais.

Na teoria, os docentes da rede privada podem exercer as jornadas de até 44 horas semanais, sobretudo após as mudanças presentes pelo Novo Ensino Médio. Já no setor público, a legislação estabelece uma jornada máxima de 40 horas semanais. Durante muitos anos, a profissão docente foi regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); contudo, com a promulgação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 que engloba o conjunto de políticas governamentais são direcionadas à reforma do ensino médio, ocorreram alterações relevantes na organização do tempo escolar e no regime de trabalho dos docentes.

Dos desafios do Novo Ensino Médio por exemplo, são as adaptações ao novo currículo com os itinerários formativos, a integração de disciplinas, a carga horária mais longa o desenvolvimentos das competências, desigualdade entre escolas públicas e privadas que possuem melhorias de infraestrutura, a falta de recursos e a, falta de treinamento ou qualificação, como abordam as autoras Silva et al (2023) onde se afirma que esse modelo de ensino ainda precisa de muitas adaptações para se encaixar na realidade do sistema educacional do país, e para a rede pública em especial os impactos nas desigualdades sociais podem ir além, tendo em vista ainda a evasão escolar que pode surgir na percepção dos alunos em um currículo mais raso “ menos atraente” e com as deficiências no investimento da educação do Brasil essa proposta pode fortalecer as desigualdades.

Silva e Carvalho (2024, p.1) acrescentam sobre as desigualdades educacionais:

As evidências construídas nos permitem inferir que a maior diferenciação curricular na etapa, constituída sobretudo por meios dos itinerários formativos do novo ensino médio, tende a aprofundar a segmentação entre as redes de ensino, e consequentemente incidir no aprofundamento das desigualdades educacionais.

Além de todos esses desafios, o sistema educacional ainda sofreu grandes impactos com o desastre da COVID19, onde por muito tempo as escolas estiveram de portas fechadas e com salas de aulas remotas o que afetou extremamente o processo de ensino e de aprendizagem e essa interrupção generalizada causou uma perda especialmente para aqueles estudantes mais vulneráveis, mais um dos fatores que impactou a desigualdade já existente na educação, e além dos problemas de saúde não apenas físicos e mentais como ansiedade, e luto intenso para todos. Para os docentes, além das salas de aula virtuais, houve o fato da acessibilidade tecnológica, o desinteresse dos estudantes por diversos fatores, a dupla jornada e muito mais, passando por todos esses fatores e ainda sendo um profissional da educação e com uma pessoa comum dentro de suas casas durante o distanciamento social que nos foi obrigatório por um longo período de tempo que variou de acordo com cada estado mas como uma média de aproximadamente dois anos, e a volta para as salas de aula também trouxeram muitos desafios, como uma maior falta de atenção dos alunos que dificultou para os professores o processo de retorno das aulas normais presenciais, assim como aborda Ricardo (2023) onde apresenta a pesquisa realizada pelo Sinpro Df que diz sobre as falhas na recuperação do ensino, que mostram como o impacto da pandemia deixou rastros negativos, difíceis de se recuperar.

Outro fator da realidade que é compreendido como um desafio para o trabalho docente acontecer da maneira que é prevista, é o contexto da violência escolar, de acordo com uma reportagem publicada pela CNN (2023) em entrevista realizada pelo instituto Ame sua mente, e Nova Escola em 2023 8 a cada 10 professores já sofreram agressão dentro do ambiente escolar, e que esse cenário se instalou ainda mais no período pós pandemia que é o outro fator que iremos analisar como desafio, sendo essas agressões verbais, psicológicas ou morais. Com o fato da violência escolar existir e não ser de hoje, mas que o mesmo causa grandes dificuldades para que se realize os trabalhos dos professores dentro das escolas, como por exemplo o de gerenciar a sala de aula, esse fator cria um ambiente com clima de medo e de insegurança entre as relações, vindo a comprometer não apenas a interação entre as aulas mas a capacidade do docente quanto seu desempenho.

1.3 Financiamento, Avaliação e Desafios Estruturais da Educação Básica

Segundo os dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³, o Brasil está dentre os países que menos investiram em educação nos anos de 2019 e 2020. Essa constatação evidencia o descumprimento da Meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), que previa a elevação do investimento público em educação para, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até o quinto ano de vigência do plano, com a meta final de 10% ao longo da década. A escassez dos recursos destinados à educação comprometem diretamente a qualidade do ensino, a infraestrutura escolar e sobretudo a valorização dos profissionais da educação.

No que diz respeito à Meta 15⁴, que objetiva garantir que todos os professores da educação básica atuem em áreas compatíveis com sua formação específica de nível superior, os dados do Censo Escolar de 2023 indicam que essa meta também permanece distante de ser cumprida. A avaliação do indicador de adequação da formação dos docentes demonstra que, em nenhuma disciplina do ensino médio, o percentual de professores com formação na área em que lecionam alcança 90%, evidenciando um cenário de descompasso entre formação e prática profissional².

Além dos investimentos baixos e da inadequação formativa, o cenário educacional brasileiro ainda é deteriorado pelas condições precárias de trabalho, por baixa remuneração docente, e os diversos fatores que impactam o ambiente escolar. Segundo os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), divulgados em 2023, o Brasil ocupou a 53ª posição entre os países avaliados⁵. Esse desempenho está diretamente associado à falta de investimento, à carência de políticas públicas eficazes e à desigualdade de oportunidades educacionais no país.

No plano nacional, o Brasil dispõe de instrumentos de avaliação como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que combina taxas de desempenho escolar nos resultados das avaliações padronizadas, utilizando como referência para aferir a qualidade do ensino. Os resultados de 2023 foram negativamente impactados pelos efeitos pós pandemia da COVID-19, que intensificou drasticamente as disparidade de aprendizagem em todas as etapas da educação básica⁶. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), também

³ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Education at a Glance 2023: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing, 2023.

⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica 2023: Resultados Preliminares*. Brasília: INEP, 2023.

⁵ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning Outcomes*. Paris: OECD Publishing, 2023.

⁶ Brasil. Ministério da Educação. INEP. *Resultados do IDEB 2023*. Brasília: MEC/INEP, 2023.

criado pelo INEP, é outro instrumento que subsidia o monitoramento da qualidade educacional, avaliando competências e habilidades dos estudantes da educação básica em grande escala.

1.4 Considerações sobre o capítulo

Desse modo, torna-se evidente, neste contexto, a divergência entre teoria e prática, assim como entre as expectativas e as realidades que compõem os dois pilares estruturantes do sistema educacional brasileiro, se mesmo com a existência de um conjunto de dispositivos legais, planos e diretrizes assim como o Plano Nacional de Educação (PNE) existem diversas lacunas profundas no alcance do comprimento das metas estabelecidas, isso mostra uma falha estrutural no sistema em si. E o Estado, ao não garantir que sejam mesmo mecanismos eficazes de implementação e da fiscalização das políticas sugeridas, contribui altamente para a perpetuação de um contexto com ineficiência e desigualdade educacional (Cara, 2019).

Apesar de existirem diversas estratégias, indicadores e recursos que direcionam as metas educacionais nacionais, a não concretização de objetivos básicos sinaliza que o planejamento educacional no Brasil está desvinculado da realidade da prática das escolas. Nesse caso, é crucial destacar a figura deste sistema: o docente. O professor, como participante neste processo educacional, mas é também o agente que mais sofre os impactos das contradições entre o discurso normativo e a situação precária nas instituições de ensino na realidade prática.

A situação da realidade educacional brasileira tem sido marcada pela ausência de políticas públicas realmente efetivas que tratem de forma direta os desafios estruturais do sistema. Essa negligência resulta em muitas consequências diretas e graves para o exercício da prática da docência. Conforme analisado no terceiro capítulo, fatores como a sobrecarga de trabalho, a baixa remuneração e a carência de apoio institucional e psicológico trazem impacto significativo para o adoecimento físico e mental e emocional dos professores. Essas circunstâncias têm sido associadas aos altos níveis de estresse, ansiedade, síndrome de burnout e outros quadros que prejudicam não apenas a saúde do profissional, mas também a qualidade do ensino oferecido à sociedade. Esse cenário adoecido expõe, de maneira essencial a desvalorização sistemática do trabalho docente no país.

2. “Estado da Arte” como uma metodologia de pesquisa exploratória

O Estado da arte é uma metodologia que busca em um estudo mapear e identificar a produção do conhecimento em uma determinada área, proporcionando uma visão crítica e sistematizada sobre o que já foi produzido e publicado em uma forma de revisão bibliográfica é também chamada de revisão de literatura, onde seu objetivo principal é poder identificar as os avanços, discussões, lacunas, e contradições existentes nas análises sobre o tema em questão. Nessa metodologia, o pesquisador não se limita a observar apenas o que os autores têm debatido particularmente, mas deve buscar quais questões são frequentes, quais perguntas não estão respondidas, e onde há ou falta espaço para novas contribuições. Essa abordagem metodológica possibilita justificar a importância da pesquisa ao demonstrar o que já foi realizado, identificar as possíveis diferenças ou padronizações entre estudos, ou localizar geograficamente as produções (como instituições, países, ou estados com maior concentração de pesquisas), além de analisar os métodos utilizados sejam eles qualitativos, quantitativos ou mistos.

Um dos principais objetivos da metodologia do estado da arte é justamente encontrar as lacunas no conhecimento para possibilitar que o pesquisador proponha abordagens relevantes para os avanços da área. O processo de construção do estado da arte começa com a definição precisa e cautelosa da temática com um recorte bem definido, do problema de pesquisa como um questionamento que deve se manter durante a análise, a definição de objetivos que assegura uma orientação e consistência aos próximos passos como uma forma de guia, em seguida, se realiza a escolha minuciosa das palavras-chave que são os descritores utilizados nas buscas, bem como à seleção das bases de dados mais adequadas para cada pesquisa. Considerando a grande quantidade de publicações, é imprescindível estabelecer critérios de inclusão quanto à exclusão, além de delimitar um recorte temporal que justifique o período das publicações a serem analisadas neste caso, o período de 10 anos (2013-2023).

Essa análise cautelosa é fundamental para assegurar que a pesquisa contribua para o campo de estudo. Como destacam Ferreira et al (2019), a metodologia do estado da arte não se resume a uma simples listagem de trabalhos já publicados. Trata-se de uma análise detalhada e profunda, que busca reconhecer os temas mais recorrentes, os autores mais citados, as ideias que têm se fortalecido ao longo do tempo, ou aquelas que foram perdendo relevância. Segundo as autoras, esse processo requer atenção redobrada e definição com clareza de critérios, a fim de evitar tanto o exagero de informações desnecessárias quanto

uma abordagem rasa ou superficial. É importante o equilíbrio entre quantidade e qualidade, selecionando apenas os estudos pertinentes e realizando uma leitura crítica e contextualizada de cada produção.

Ferreira et al. (2019) dizem que o estado da arte é uma tentativa de sistematização e questionamento do conhecimento existente produzido, que busca não apenas descrever o que foi produzido, mas propõe novos caminhos de investigação. Essa particularidade torna a metodologia especialmente relevante em temas complexos, como, por exemplo, o adoecimento dos professores, possibilitando ao pesquisador compreender o cenário geral e, a partir dele, sugerir reflexões e propostas de intervenção.

Para completar essa discussão, Parra (2012) reforça que a metodologia do estado da arte ultrapassa uma simples síntese da literatura existente. Segundo o autor, trata-se de uma metodologia que permite compreender de forma crítica como as temáticas são tratadas pela comunidade acadêmica, identificando as teorias mais utilizadas e os métodos, bem como a evolução das pesquisas ao longo do tempo. Essa perspectiva nos proporciona observar tanto os elementos já consolidados quanto aqueles que ainda precisam ser explorados, justificando a escolha dessa metodologia para o estudo.

No contexto desta pesquisa, com essa metodologia podemos analisar a produção acadêmica da última década sobre o adoecimento de professores no Brasil, destacando as principais preocupações dos pesquisadores, as causas e consequências mais discutidas, além de vários outros aspectos. Como afirma Ferreira et al. (2019, p. 260), essa metodologia contribui para “situar o conhecimento produzido em sua totalidade”, aspecto importante para soluções, políticas públicas e alterações necessárias no ambiente escolar.

Outro ponto destacado por Ferreira et al. (2019) é a habilidade do estado da arte de desvendar os trajetos trilhados pelas pesquisas dentro de um campo específico. Ao analisar e sistematizar os trabalhos publicados, podemos identificar quais temas têm recebido maior atenção e quais permanecem à margem das discussões acadêmicas. Em relação ao adoecimento docente, essa análise nos permite identificar se os estudos estão mais concentrados nas consequências ou nas causas, nas políticas públicas ou nos impactos diretos sobre a saúde dos professores.

Parra (2012) também afirma que a metodologia do estado da arte atribui a formação de um saber coletivo e integrado, ao possibilitar a identificação de pontos padronizados entre diferentes estudos, como conceitos e as abordagens mais recorrentes. Dessa forma, o pesquisador não apenas compreende a construção do conhecimento de maneira mais lenta ou

gradual e colaborativa, mas também passa a atuar de forma mais consciente neste processo, seja sugerindo novos caminhos, ou seja, reforçando as discussões relevantes e pertinentes.

Dessa maneira, o estado da arte se apresenta como uma metodologia eficiente para este estudo, porque, além de mapear a produção atual existente, ela abre espaço para novas perguntas, aprofundamentos e para possíveis direcionamentos futuros. A partir dessa abordagem crítica, será possível construir uma análise consistente sobre o que tem sido pesquisado em relação à saúde dos docentes, bem como indicar caminhos que possam contribuir para o enfrentamento desse problema de forma mais eficaz.

Em síntese, a abordagem metodológica do estado da arte é imprescindível quando o objetivo é compreender o cenário das investigações sobre um tema específico e como ocorre a evolução ao longo do tempo. Através dessa abordagem metodológica, é possível identificar alguns padrões, destacar contribuições relevantes e evidenciar lacunas na literatura acadêmica, nesse caso pesquisa focada no sobre o adoecimento docente no Brasil, essa abordagem permitirá a avaliação do cenário das pesquisas selecionadas, proporcionando uma contextualização clara, objetiva e crítica do campo sendo além que um levantamento descritivo, mas de uma avaliação detalhada que leva os autores do levantamento como os referenciais teóricos e os contextos em que as pesquisas foram desenvolvidas. Assim, este trabalho não apenas contribuirá para esclarecer o estado atual do conhecimento, mas também servirá de base para as futuras reflexões ou investigações, evidenciando um dos principais diferenciais da metodologia: a sua capacidade de apresentar novas perspectivas e possibilidades de avanço científico.

2.1 Origem e surgimento do estado da arte

A metodologia do estado da arte surgiu da necessidade de organizar e compreender melhor tudo o que já foi produzido de forma eficaz, sobre um tema específico. Inicialmente, esse tipo de pesquisa era muito utilizado em campos como a engenharia e ciências exatas, principalmente para conseguir evidenciar os progressos mais atuais em tecnologias e métodos. O conceito “estado da arte” (ou *state of the art*, em inglês) mostrava que havia de atual e relevante dentro de uma abordagem sistemática.

Com o tempo, essa perspectiva foi ganhando seu espaço também nas ciências humanas, sendo ajustada para possibilitar a análise mais crítica da produção científica. Embora não tenha um autor específico considerado o “criador” dessa metodologia, diversos

autores colaboraram para a sua evolução, inclusive dentro da educação. Um exemplo importante é o trabalho da autora que já citamos aqui anteriormente, Naura Syria Carapeto Ferreira, que, junto com outros pesquisadores, ajudou a consolidar o chamado hoje de estado da arte como uma metodologia científica com etapas próprias.

Segundo Ferreira et al. (2019, p. 2), “o estado da arte é um processo de investigação que permite não apenas conhecer a produção sobre um tema, mas também refletir sobre os modos como ela foi construída”. Ou seja, não se trata só de juntar os textos, mas de entender como o conhecimento sobre aquele tema foi se formando. Com o passar do tempo e com o avanço das tecnologias digitais, o acesso às bases de dados ficou fácil, e isso permitiu que o estado da arte se tornasse uma ferramenta ainda mais importante. Na atualidade, ele é utilizado em diversos tipos de pesquisa para mapear as tendências, identificar autores de destaque, localizar lacunas de conhecimento e para fundamentar as novas investigações. Essa evolução nos mostra como que o estado da arte passou de uma simples revisão bibliográfica para chegar a ser uma metodologia completa crítica, e capaz de oferecer um panorama amplo atualizado sobre toda e qualquer área.

2.2 Critérios, seleção e levantamento de dados

O estado da arte é um processo sistemático, que tem como princípio a formulação de uma questão norteadora de pesquisa ou com a determinação de um recorte claro sobre o que se pretende pesquisar. No caso deste trabalho, a questão que orienta a pesquisa é: *O que as pesquisas acadêmicas, em formato de artigos científicos, evidenciam sobre o adoecimento docente no ensino brasileiro no período de 2013 a 2023?* Estabelecer o objetivo desde o princípio é crucial para evitar a erros ao se deparar com a grande quantidade de materiais produzidos disponíveis, além de nortear de maneira eficiente a busca e a seleção criteriosa dos textos que serão analisados.

Seguindo o estabelecimento da temática e a questão de pesquisa, passamos a etapa de levantamento da pesquisa bibliográfica, componente essencial do processo metodológico e a mais detalhada. Para essa fase, recorre-se às bases de dados acadêmicas reconhecidas, como por exemplo SciELO, Google Acadêmico, entre outras fontes que sejam confiáveis e seguras à área de estudo. Nesta etapa, utilizam-se os filtros que garantem relevância dos materiais submetidos, como a delimitação do período de publicação da literatura, a definição de palavras-chave relacionadas ao tema. No presente estudo, foram utilizadas expressões como “*adoecimento docente*”, “*saúde docente*” e “*trabalho docente*”. E o outro critério de

inclusão foi o de idioma, pois a escolha da língua portuguesa é pelo objetivo de analisar a produção nacional tem abordado a temática acerca das especificidades sociais e políticas na educação do país por exemplo,

A escolha adequada das palavras-chave é crucial pois afeta diretamente nos resultados obtidos nas pesquisas realizadas. Segundo Ferreira et al. (2019, p. 4), a realização de um estado da arte requer "critérios transparentes para a escolha e avaliação dos materiais", o que enfatiza a importância de realizar um planejamento cauteloso. Depois de coletar os textos nas bases de dados, começa a fase de leitura e escolha do material. Destaca-se que nem todos os artigos identificados serão, de fato, relevantes para o recorte estabelecido pela pesquisa. Portanto, é crucial a leitura cuidadosa dos títulos, resumos e, frequentemente, do texto integral para confirmar se a pesquisa realmente cumpre os critérios definidos.

Por exemplo, os artigos que tratam do adoecimento de profissionais da saúde em geral, mas que não abordam especificamente a realidade dos professores, devem ser excluídos, uma vez que não atendem ao foco da investigação. Esse processo de espécie de triagem exige uma análise criteriosa, na qual o pesquisador deve decidir com clareza e coerência quais são os estudos que serão incluídos ou descartados, sempre em consonância com os objetivos da pesquisa e os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos.

Essa fase é considerada uma das mais desafiadoras por sua complexidade na metodologia do estado da arte, pois demanda atenção redobrada e constante com rigor na leitura, para garantir que apenas os textos ligados ao tema e recorte temporal definido e temático sejam selecionados para a análise e enfatizando a consideração dos 24 artigos analisados que se justifica pelo tempo curto para a realização da metodologia. A seleção cautelosa é fundamental para poder garantir que o levantamento bibliográfico seja consistente, relevante e que efetivamente contribua e auxilie para a construção de uma análise crítica fundamentada e embasada.

2.3 Organização e análise de leitura

Já a fase seguinte, corresponde à análise dos textos que são escolhidos, momento em que a metodologia do estado da arte revela sua verdadeira capacidade. É nessa etapa que a mágica acontece, que ocorre a organização e a sistematização das informações, permitindo ao pesquisador poder reconhecer os padrões, identificar repetições e as lacunas na produção

científica sobre o tema, onde de fato ocorre o estado da arte, conhecer o estado real das temáticas.

A análise pretende responder algumas questões fundamentais, por exemplo: Quais autores são mais recorrentes nas discussões? Em quais regiões ou estados brasileiros essas pesquisas estão sendo desenvolvidas? Quais instituições ou profissionais lideram os estudos sobre o tema? Quais são os principais temas abordados? Existem lacunas na literatura?. Esse mapeamento detalhado possibilita compreender tendências, como a concentração específica de estudos sobre *burnout* em professores da educação básica, enquanto temas relacionados ao ensino superior podem aparecer de forma menos expressiva.

Essa fase de exercício analítico é crucial para uma perspectiva crítica completa sobre o estado atual do conhecimento, possibilitando não apenas compreender o que já foi produzido, mas possibilitar a identificação de aspectos pouco explorados e que demandam futuras investigações. Conforme Silva e Bezerra (2022), a metodologia que utilizamos no presente trabalho favorece uma leitura mais aprofundada do campo em questão ao evidenciar tanto os avanços quanto os desafios na área. Assim, essa fase não se restringe à simples catalogação de dados, mas permite uma reflexão profunda sobre as direções tomadas pelos estudos, destacando as contribuições mais significativas e indicando caminhos para novas estratégias e questionamentos.

Finalmente, à etapa final da escrita e organização sistemática, é o momento onde todas as informações coletadas e analisadas, são organizadas e apresentadas com clareza e estruturação. Nesta fase, o pesquisador deve realçar os seus resultados primordiais do levantamento, estabelecendo conexões diretas com a pergunta de pesquisa que orientou o estudo e destacando os dados relevantes.

É fundamental que a apresentação seja objetiva e bem estruturada, assegurando que o leitor compreenda não apenas os tópicos destacados, tanto os números ou temas identificados, mas todos os processos da abordagem. Um bom estado da arte não se limita à mera listagem de textos examinados, mas aborda uma reflexão crítica sobre o que foi achado, destacando contradições e tendências, indicando lacunas e possibilidades futuras. Conforme destaca Ferreira et al. (2019, p. 5), “o trabalho com estado da arte deve ir além da descrição e buscar interpretações”, destacando a importância de uma atitude analítica e interpretativa por parte do pesquisador.

A metodologia do Estado da Arte, quando aplicada com seriedade, constitui um instrumento valioso para a construção do conhecimento. Ao seguir sistematicamente as suas

fases, da delimitação do tema à análise crítica, permite a elaboração de pesquisas sólidas, evita a repetição de estudos já realizados e oferece um panorama geral das produções disponíveis. Além das contribuições para avanço das discussões do tema central, além de auxiliar o pesquisador a se situar em sua trajetória, servindo como uma espécie de guia pertinente para investigações e produções atuais ou futuras.

Quadro 1 – Passo a Passo para a Realização do Estado da Arte

Etapas	Descrição	Exemplo / Aplicação
1. Definição do Tema e Pergunta de Pesquisa	Delimitação clara do tema, do problema e da pergunta que irá guiar a pesquisa.	O que as pesquisas acadêmicas, em formato de artigo científico, evidenciam sobre o adoecimento docente no Brasil (2013-2023)?
2. Seleção das Bases de Dados	Escolha das fontes de pesquisa adequadas à área do conhecimento.	Google Acadêmico.
3. Definição de Palavras-chave e Filtros	Estabelecimento das palavras-chave, recorte temporal, idiomas e outros critérios de busca.	"Adoecimento docente", "saúde mental de professores", período: 2013-2023, idioma: PT.
4. Levantamento e Coleta dos Textos	Realização das buscas nas bases de dados, salvando os artigos que atendem aos critérios iniciais.	Coleta de 120 artigos encontrados com as palavras-chave definidas.
5. Triagem: Leitura e Seleção	Leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, do texto completo, aplicando os critérios de inclusão e exclusão.	Exclusão de artigos que tratam de outras profissões ou contextos internacionais.
6. Análise e Organização dos Dados	Identificação de autores recorrentes, temas abordados, métodos utilizados, lacunas e tendências na literatura.	Predominância de estudos sobre burnout em professores da educação básica.
7. Sistematização e Escrita	Apresentação estruturada dos resultados, com reflexões críticas e interpretações sobre o estado atual do conhecimento.	Discussão das principais contribuições e identificação de áreas que necessitam de mais pesquisas.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025)

Dessa maneira, a utilização dessa metodologia Estado da Arte neste estudo garante um levantamento de forma criteriosa e sistemática da produção acadêmica sobre o adoecimento docente no Brasil o que proporciona uma análise crítica e fundamentada a respeito do tema.

Essa abordagem promove por exemplo reflexões de relevância para o avanço das discussões acadêmicas, no enfrentamento de desafios urgentes no campo educacional e no campo social, ao mesmo tempo em que se garante a originalidade e a qualidade da pesquisa, por poder oferecer um panorama abrangente, atualizado e contextualizado.

2.4 Os limites do Estado da Arte

Como toda metodologia, o Estado da Arte também enfrenta seus limites e seus obstáculos, apesar de muito utilizado em pesquisas acadêmicas. O seu principal obstáculo está na demanda do rigor metodológico, na organização e disciplina, além da necessidade de manter o pensamento crítico e, muitas vezes, abster-se de opiniões o que não é simples, muito pelo contrário. Como destacam Carvalho e Silva (2019, p. 3), “o pesquisador precisa ser consciente de que toda seleção envolve escolhas, e consequentemente exclusões”. Isso implica reconhecer a princípio, que nem todos os estudos podem ser adicionados na análise, especialmente diante dos recortes necessários, como o temporal, por exemplo. Neste trabalho, houve a necessidade de ajustar a pesquisa inicialmente voltada exclusivamente para a literatura sobre os docentes do ensino médio e houve a necessidade de ser ampliado, uma vez que os estudos encontrados com os descritores definidos não contemplavam integralmente toda a temática proposta.

De acordo com Carvalho e Silva (2019, p. 2), a metodologia do Estado da Arte requer cuidados particulares metodológicos específicos, uma vez que “há uma complexidade intrínseca à organização das informações coletadas que exige do pesquisador uma atitude crítica e reflexiva”. Isso ocorre porque não se trata apenas de reunir textos com temática semelhante, mas de interpretar, sistematizar e analisar o conhecimento que é produzido de forma criteriosa com cautela. Apesar de possuir dada relevância, essa metodologia apresenta diversas limitações na prática, como a dificuldade de garantir que todo material suficiente tenha sido localizado, já que artigos relevantes podem não estar disponíveis nas bases selecionadas ou não serem identificados pelas palavras-chave que são previamente definidas.

Uma das limitações durante a construção da metodologia do estado da arte é lidar especialmente com a grande quantidade existente de produção literária disponível, Esse volume pode tornar a pesquisa exaustiva, sobrecarregando o pesquisador podendo comprometer o objetivo do estudo. Por essa razão, neste estudo optou-se por limitar a análise

a 24 artigos, o que permitiu uma leitura mais atenta, criteriosa e aprofundada de cada texto selecionado. Além disso, há o risco de que a pesquisa se restrinja a uma descrição superficial da produção existente. Porém, a metodologia do estado da arte exige a reunião de dados, requer análise crítica, identificação de tendências, lacunas que contribuam para a construção de novos pensamentos, assegurando a originalidade e o rigor científico do estudo.

Além disso o texto aponta que a própria organização do material exige um olhar analítico e atento como os autores observam, “a sistematização dos dados depende da capacidade do pesquisador em agrupar as informações de maneira lógica e coerente” (Nascimento; Silva, 2020, p.5) Que reforça o que já falamos anteriormente com os outros autores, o estado da arte não é simplesmente uma coleta de dados mas é um trabalho de análise cautelosa e crítica e que demanda tempo e domínio dos principais temas.

Ao analisar os diálogos entre os autores selecionados, nota-se uma concordância quanto à relevância do estado da arte como um recurso para organizar e compreender a produção científica em torno de um tema específico. No entanto, também fica evidente que essa metodologia não é imparcial, é responsabilidade do pesquisador tomar as decisões em todas as etapas do processo da definição do tema e das palavras-chave para a apresentação dos resultados. Outro aspecto de importância é o desafio imposto pela grande quantidade de informações que podem ser encontradas, principalmente diante do volume crescente de publicações, que pode confundir ou comprometer a qualidade da análise. Por esse motivo, os critérios de inclusão e exclusão devem ser aplicados com cautela. Além disso, a constante produção de novos estudos faz com que o estado da arte seja sempre um processo que fica em aberto, exigindo atualizações para que possa manter a sua validade.

Outro ponto relevante destacado por Lima, Souza e Gomes (2021) é o caráter formativo da metodologia do estado da arte. Ao mergulhar na produção científica já existente, o pesquisador se apropria daquele campo de estudo, compreendendo a forma mais aprofundada das discussões e reconhecendo-se como uma parte ativa do processo. Isso significa que, além da sistematização do que já foi publicado, essa metodologia auxilia para o amadurecimento do olhar crítico e fundamentado sobre o tema investigado, fortalecendo a formação acadêmica e a construção do conhecimento. Os autores enfatizam, que o estado da arte deve ser visto como um processo de natureza investigativa e que demanda análise crítica e reflexão, não como tarefa meramente mecânica. Nesse sentido, todo recorte metodológico envolve as escolhas que devem ser embasadas, pois tais decisões impactam diretamente nos resultados obtidos e também na pertinência da pesquisa.

Com base nestas reflexões desenvolvidas ao longo deste segundo capítulo, é possível dizer que essa metodologia desempenha um papel fundamental nas pesquisas acadêmicas, pela tentativa de buscar mapear e compreender a produção científica sobre um determinado tema. Embora apresente uma série de desafios, desde as questões práticas, como o acesso e a seleção criteriosa das bases de dados, até demandas analíticas mais complexas, como a necessidade de uma leitura crítica e interpretativa, e por se tratar de uma ferramenta metodológica muito rica e que exige a clareza nas escolhas e no comprometimento com a qualidade daquela análise, sendo então, uma estratégia essencial para poder fundamentar os estudos, identificar as lacunas e para poder orientar os novos caminhos das investigação.

3. O que dizem os estudos sobre o adoecimento docente?

Neste capítulo, a meta é expor de forma sistematizada os principais resultados achados da literatura analisada, com base nos artigos publicados em periódicos acadêmicos entre 2013 e 2023. O objetivo é enfatizar claramente os temas presentes recorrentes e as discussões centrais que emergem das produções científicas, bem como compreender como os autores abordam o tema do adoecimento docente, sua interpretação no contexto presente e os impactos concretos sobre a vida dos professores e o cotidiano das escolas.

A maioria dos artigos que foram analisados são das áreas da Educação e da Saúde, publicados por revistas científicas reconhecidas nesses campos. As produções nos revelam um quadro que é persistente de sofrimento docente, manifestado de formas diversas, física, mental e emocional e tais problemas são frequentemente relacionados aos fatores como sobrecarga de trabalho, estresse contínuo, a falta do reconhecimento institucional e social, e a má valorização, além de condições precárias de infraestrutura escolar.

Este levantamento foi realizado com o intuito de poder compreender o estado atual da saúde dos profissionais da educação, a forma como as literaturas têm interpretado esse fenômeno e, sobretudo, como as pesquisas acadêmicas podem contribuir e podem dar visibilidade a um problema tratado de forma individualizada, quando na realidade está inserido em um complexo sistema de causas estruturais, coletivas e institucionais, como nesse caso, e para poder reconhecer os fatores do adoecimento.

Para fins de análise, os artigos foram organizados em dois grandes eixos temáticos, a partir da frequência com que determinadas abordagens surgiram durante as leituras:

1. **Grupo 1 – Condições estruturais do trabalho docente:** abarca os estudos que apontam como causas do adoecimento fatores como acúmulo de funções, sobrecarga de tarefas, jornadas extenuantes, más condições de trabalho, precarização do serviço público, baixa remuneração e ausência de infraestrutura adequada.
2. **Grupo 2 – Fatores conjunturais e contextuais:** reúne os artigos que relacionam o adoecimento a eventos ou processos específicos, como o agravamento das condições de trabalho no período pós-pandêmico, o aumento da violência nas escolas, as reformas educacionais recentes com destaque para a implementação do Novo Ensino Médio e a intensificação da lógica gerencialista no cotidiano escolar.

A sistematização dessas categorias será apresentada no Quadro 2, permitindo uma visão panorâmica e analítica das recorrências temáticas na produção científica recente sobre o adoecimento docente no Brasil.

Quadro 2: Artigos sobre o adoecimento docente no Brasil

Ano	Autoria	Título	Revista	Estado
2023	SILVA, Jerto; et al.	Saúde mental, adoecimento e trabalho docente.	Psicologia Escolar e Educacional	RS
2023	MEDEIROS, Bruno; et al.	Discutindo trabalho docente e adoecimento.	Revista Transmutare	PR
2023	SILVA, Maria Selma; SILVA, Maria D.S.	Estratégias de enfrentamento do adoecimento docente nas escolas Municipais de Manaus, Brasil	Rebena, Revista brasileira de ensino e aprendizagem	AM
2021	ASSUNÇÃO, Monica Marcilio	Do mal estar ao adoecimento docente em tempos de pandemia	Ensino em Perspectivas (EnPe)	MG
2021	SOUZA, K. De. Et al	Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia.	Trabalho, educação e saúde.	RJ
2020	LADEIRA, Thalles; et al.	Adoecimento e medicalização de professores no Noroeste Fluminense antes e durante a Pandemia COVID19.	João e Pedro Editores	SP
2020	PONTES, Fernanda; ROSTAS, Marcia.	Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID19...	Revista Thema	RS
2020	PEREIRA, Maria José.	Mal-estar e adoecimento docente no contexto da educação infantil	PUC Goiás, Biblioteca digital de teses e dissertações.	GO
2019	MOURA, Juliana; et al.	A precarização do trabalho docente e o adoecimento	Revista Profissão Docente	BA

		mental no contexto neoliberal.		
2019	CARDOSO, Jafe; et al.	Adoecimento docente: Uma breve análise de saúde de professores no Município de Medeiros Neto/BA.	Revistas Teias	BA
2019	FACCI, Marilda.	O adoecimento do professor frente a violência escolar.	Fractal: Revista de Psicologia	PR
2019	PENTEADO, Regina; NETO, Samuel.	Mal- estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão.	Saúde e Sociedade	SP
2018	MARTINS, Lígia.	O sofrimento e/ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana.	Cadernos CEMARX	SP
2018	FACCI, Marilda.	Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento.	Psicologia Escolar e Educacional	PR
2018	SOUZA, Farney.	Adoecimento mental e o trabalho do professor .	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	MG
2018	BISPO, Paula; AGUIAR, Carolina.	Saúde e adoecimento psíquico de professores: estudo sobre burnout e qualidade de vida no trabalho .	Revista psicologia, diversidade e saúde	BA
2018	ZANONI, Daniel; RODRIGUES, Maria Beatriz	Saúde mental e trabalho docente	Periódicos de Psicología (PePsic)	RN
2017	EUGÊNIO, Benedito; et al.	Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia,	Laplage em Revista	BA
2017	CORTEZ, Pedro Afonso; et al.	A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente	Cadernos saúde coletivo	MG
2016	GOUVEA, Leda.	As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical .	Saúde em Debate	PR
2016	FREITAS, Paula; SILVA, Marluce.	Trabalho docente cercado por circunstâncias que são fontes de adoecimento.	Revista direito, Trabalho e Política Social	MT
2016	SCHUSTER, Marcieli.	Corpo e adoecimento na percepção docente.	Biblioteca Digital De Teses e Dissertações (Unioeste)	PR

2015	FORATTINI, Cristina; ALBERTO Carlos.	Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho.	Laplage em revista	SP
2014	DUARTE, Maria de f.; et al.	O trabalho das docentes da educação infantil e o mal estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais do adoecimento.	Cadernos de psicologia social do trabalho	RS
2013	VIEIRA, Marilene.	Mal-estar docente e sofrimento psíquico: portas de entrada para o adoecimento.	Anais do Encontro de pesquisa em educação e congresso internacional de trabalho docente e processos educativos	MG

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025)

Dos dados analisados entre os estudos produzidos, foram identificados os seguintes perfis:

Quadro 3: Área de conhecimento da produção em formato de artigo

Área de conhecimento	Número de artigos	Percentual
Educação	10 artigos	41, 7 %
Psicologia	5 artigos	20, 8 %
Saúde coletiva	4 artigos	16, 7%
Sociologia	3 artigos	12, 5%
Serviço social	1 artigo	4, 2 %
Outros	1 artigo	4, 2 %

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

A distribuição da produção acadêmica por campo de estudo conforme foi apresentada no Quadro 3, apresenta que embora grande parte dos estudos sobre adoecimento docente tenha partido da área da Educação, é crescente por parte de outros campos, particularmente o campo da Psicologia. Este dado enfatiza o caráter multidimensional do fenômeno, demandando métodos para compreensão mais profundo.

No entanto é notável a tímida presença discreta do campo sociológico no debate, o que pode ser justificado por fatores como os critérios de recorte utilizados na presente pesquisa, a especificidade das bases consultadas e possivelmente, pela ainda recente inclusão do tema nas agendas de pesquisa sociológica brasileira. Este ponto merece ser explorado em futuras

investigações, especialmente considerando o potencial crítico que a Sociologia possui para analisar as estruturas sociais que contribuem para o sofrimento e o adoecimento dos trabalhadores da educação.

Além da identificação dos principais fatores relacionados ao adoecimento do professor, esta etapa da pesquisa permitiu também poder refletir sobre o perfil da produção acadêmica, ou seja, sobre quem produz esse conhecimento e a partir de quais lugares e instituições. Essa análise é crucial não apenas para mapear o avanço do debate, mas para se compreender quais vozes estão à frente dessa discussão, quais lacunas ainda permanecem e quais direções podem ser seguidas para uma perspectiva completa e representativa da realidade dos professores brasileiros.

Quadro 4: Distribuição dos artigos por Estado de vínculo institucional da Autoria

Estado	Artigos
São Paulo	6
Minas Gerais	5
Bahia	3
Paraná	3
Rio de Janeiro	2
Rio Grande do Sul	2
Pernambuco	1
Ceará	1
Não identificado	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025)

A categorização por estado foi realizada por base na instituição de filiação dos autores principais para entender de onde surgem essas produções, a análise da distribuição geográfica dos artigos apontam grande concentração de produção científica nos estados da região Sudeste, especialmente em São Paulo e Minas Gerais. Essa predominância pode estar ligada à maior infraestrutura de pesquisa, ao volume de universidades e centros de pós-graduação, além do investimento que pode ocorrer nesses estados na produção acadêmica.

Contudo, esse dado também evidencia um desequilíbrio regional, reforçando a necessidade urgente de fomentar estudos semelhantes em outras regiões do país,

particularmente no Norte e no Centro-Oeste. A ausência de produções oriundas dessas localidades aponta para desigualdades no acesso aos meios de produção e difusão científica, o que limita a visibilidade de realidades específicas e aprofunda silenciamentos regionais.

Outro ponto significativo levantado diz respeito ao perfil de gênero dos autores principais dos artigos analisados. Dos 24 artigos selecionados, 14 tiveram lideranças femininas, indicando um protagonismo na abordagem do tema. Esse dado não apenas reflete a composição majoritariamente de mulheres na profissão docente, como também sugere o engajamento das pesquisadoras que tratam a temática que permeia suas vivências profissionais e subjetivas.

Essa predominância feminina de escrita está interligada em debate mais abrangente sobre gênero e saúde mental no campo do trabalho, demonstrando como mulheres são particularmente afetadas por múltiplas jornadas, sobrecargas emocionais e demandas de cuidado, tanto no espaço escolar quanto no doméstico. A opção das pesquisadoras por abordar o adoecimento docente, carrega uma dimensão acadêmica que destaca a relevância de incluir as perspectivas de gênero nas análises sobre o sofrimento no ambiente de trabalho.

3.1 As causas do adoecimento docente, segundo a literatura analisada

Os fatores que favorecem para o adoecimento docente são muitos e se manifestam de forma cumulativa no ambiente escolar. No tópico 3.1.1, são debatidos a sobrecarga e a precarização do trabalho, destacando as jornadas exaustivas, os contratos temporários e a falta de infraestrutura como elementos estruturantes do sofrimento. No tópico 3.1.2, aborda-se a desvalorização simbólica da docência, ligada ao aumento da violência escolar e à falta de reconhecimento institucional, que contribuem para o esgotamento físico e emocional dos professores. Já o ponto 3.1.3 discute os efeitos negativos do período pós-pandemia, que agravaram ainda mais as condições de trabalho, intensificam a fragilidade do sistema educacional e acentuaram os impactos psíquicos sobre os docentes.

3.1.1 A organização do trabalho docente, a sobrecarga e a precarização

Neste tópico inicial, são discutidos os principais fatores ligados à organização do trabalho docente que favorecem o adoecimento dos professores, com ênfase na sobrecarga laboral, a precarização das condições de trabalho e as duplas ou triplas jornadas,

particularmente no caso das mulheres.

A queixa de sobrecarga aparece de forma frequente na literatura, refletindo a multiplicidade de tarefas atribuídas ao professor, que vão além do ambiente da sala de aula. Dentre elas estão o planejamento de aulas, participação em reuniões pedagógicas, correção de atividades e cumprimento de atividades administrativas, normalmente realizadas fora do horário de trabalho formal. Essa situação se agrava diante da existente precarização estrutural da profissão, caracterizada pela ausência de infraestrutura adequada, baixos salários, contratos temporários e vínculos instáveis.

Essas circunstâncias afetam diretamente a saúde mental e física dos docentes, comprometendo sua qualidade de vida. Como destaca o Ministério da Educação (BRASIL, 2023), as mulheres representam a maioria tanto na docência quanto na gestão da educação básica, e isso intensifica os impactos das múltiplas jornadas, já que a elas também são atribuídas responsabilidades domésticas e familiares, resultando em maior exposição ao desgaste emocional e físico.

Esses fatores, mesmo apresentados separadamente, estão diretamente interligados na dinâmica do trabalho docente. A diversidade de funções exige um esforço contínuo que, na falta de apoio institucional, favorece o adoecimento. Pontes e Rostas (2020, p. 5) apontam que a precarização está diretamente ligada à intensificação do trabalho docente, afirmando que “os professores são expostos a condições de trabalho degradantes, com excessos de tarefas e a ausência de suporte institucional que contribui para o processo de adoecimento”. Portanto, evidencia-se que o problema não é individual, mas estrutural, refletindo um sistema educacional que exige alto rendimento, mas disponibiliza recursos limitados.

Moura et al. (2019, p. 3) aplicam essa abordagem ao associar o agravamento da saúde mental docente à lógica neoliberal, onde a produtividade prevalece ao cuidado com o trabalhador. Segundo os autores, “a intensificação das atividades, a desvalorização salarial e o enfraquecimento das políticas públicas educacionais têm causado uma crescente precarização da saúde mental dos professores” o docente pode se sentir desvinculado dos resultados do seu trabalho e propriamente do processo de ensino quando suas tarefas são sugeridas por exigências externas cada vez mais. Essa perspectiva é validada por Ladeira et al. (2020, p. 3), que, em estudo realizado no Noroeste Fluminense, observam que “o excesso de tarefas, combinado com a falta de reconhecimento e apoio institucional, gera um esgotamento que compromete a saúde mental dos professores”.

Assunção (2021, p. 4) também destaca a fragilidade dos vínculos empregatícios e a

ausência de garantias mínimas como fatores que aumentam a vulnerabilidade dos docentes: “a fragilidade dos vínculos e a ausência de políticas de valorização tornam mais evidentes os riscos enfrentados por esses profissionais”. Nesse sentido, as políticas públicas, ao invés de atuarem como suporte à docência, muitas vezes contribuem para o seu enfraquecimento, a falta de concurso e a terceirização de serviços não proporcionam uma estabilidade para o docente, o que significa trabalhar inseguro.

Cortez et al. (2017, p. 8) argumentam que parte da invisibilização do adoecimento docente se da maneira como a sociedade enxerga o papel do professor, afirmando que “há uma romantização do sofrimento docente, como se fosse parte da vocação, o que dificulta a construção de políticas públicas eficazes para enfrentar o problema”. Essa normalização do sofrimento contribui para que o adoecimento seja percebido como algo inerente à profissão, e não como resultados de decisões institucionais e estruturais.

No que se refere às duplas e triplas jornadas, a literatura analisada aponta que as mulheres são as mais afetadas, tendo sua saúde física e mental comprometidas pela dificuldade em conciliar trabalho profissional e responsabilidades pessoais. Forattini e Alberto (2015, p. 2) afirmam que “a rotina dos professores envolve uma carga de trabalho que ultrapassa os limites da sala de aula, afetando diretamente sua qualidade de vida e bem-estar físico e mental”. A sobrecarga também é evidenciada na forma como o trabalho docente adentra o espaço doméstico, exigindo a preparação de aulas, correção de provas e outras atividades que se somam às obrigações familiares, a docência por uma profissão historicamente feminizada traz inclusive a retórica de que o gênero é mais apto aos cuidados o que acaba levando a sociedade a normalização dessa sobrecarga.

Facci (2018, p. 3) chama atenção para o fato de que até mesmo professores readaptados por razões de saúde permanecem sobrecarregados: “mesmo afastados da função direta em sala, continuam sendo vistos como disponíveis para tarefas administrativas, mantendo o ritmo da exigência”, o que deveria ser um momento de recuperação de saúde e acolhimento e desrespeitando os limites do indivíduo por demandas da instituição quando exigidas em excesso. No caso das mulheres, a situação é ainda mais grave, uma vez que, além da jornada profissional, acumulam funções como mães, esposas e cuidadoras, o que acentua a sobrecarga e as consequências da precarização. Essa lógica, conforme analisado, reflete a naturalização da exploração do trabalho docente dentro do sistema educacional brasileiro, onde com as demandas não há tempo de descanso ou de recuperação para essas mulheres pelas expectativas sociais sobre a mulher.

O ponto mais preocupante desse panorama é que mesmo adoecidos, muitos professores seguem trabalhando por medo de colocar em risco o sustento, da ausência de substitutos por um sistema que trabalha com o limite de pessoal ainda, por comprometimento ético e afetivo com a profissão ironicamente mas que deveria ser o que realiza este professor. O sistema educacional, ao se beneficiar dessa dedicação, perpetua as más condições de trabalho sem oferecer a contrapartida necessária em suporte, valorização e cuidado criando um ciclo vicioso

Com base nas análises apresentadas, é possível concluir que a sobrecarga, a precarização e a multiplicidade de jornadas configuram não apenas sintomas, mas elementos estruturais de um modelo educacional que contribui diretamente para o adoecer do professor. Para superar esse cenário são necessárias mudanças significativas, de política educacional, valorização do trabalho docente, com ajustes de condições dignas de trabalho e à garantia da saúde integral dos profissionais. De acordo com a pesquisa, o desempenho esperado do professor frequentemente se sustenta sobre uma fragilidade que compromete tanto o bem-estar individual quanto a qualidade da educação disponibilizada para sociedade por sua capacidade afetada transcendendo para uma esfera que seja de interesse público.

3.1.2 Desvalorização Docente, Violência escolar, Efeitos pós pandemia

Falar sobre o adoecimento docente na atualidade no Brasil exige ir além das questões físicas e estruturais que tratamos no último tópico, existe a dimensão simbólica e emocional que é necessário levar em conta por exemplo a forma que o professor é visto, como é tratado e reconhecido pela sociedade, e neste sentido a desvalorização do trabalho docente é um dos fatores mais marcantes que notei durante a análise de literatura sobre o tema, desvalorização esta que aparece de muitas formas, ausência do reconhecimento profissional a falta do apoio institucional e até mesmo como o professor é tratado socialmente, tudo isso se torna impacto na forma do ensinar. O professor deveria ser valorizado como o profissional que capacita, e que é a figura principal da formação cidadã para um bom desenvolvimento do país, mas ainda existe a inversão dessa responsabilidade quando o professor é tratado como o problema da educação, e isso gera a frustração profunda a quem se dedica a sala de aula o que já se torna uma violência simbólica e que também leva ao adoecimento.

Já a violência escolar durante a análise da literatura vimos que não é algo tão distante da realidade, e essa também praticada dentro do ambiente escolar e neste tópico veremos que o

cenário tratado é ainda mais afetado no período de pós pandemia de COVID-19 onde os professores se reinventaram e adaptaram aulas dia após dia até o final do isolamento social para não abandonarem seus alunos e manter o ensino, mesmo com as péssimas condições e falta de apoio, e além do mais a pandemia transparece e expôs ainda mais todas as questões de desigualdade social, principalmente entre os alunos da rede pública.

Porém, ao contrário do esperado, o retorno do pós pandemia foi ainda pior, dado as relações e interações estarem frágeis após o longo período de isolamento e distanciamento social, principalmente pelo comportamento dentro de sala de aula que foi onde ficou mais difícil para os alunos se concentrarem e mais difícil para os professores prenderem a atenção e segurar a concentração de jovens que ficaram tanto tempo longes, e a falta de apoio emocional para todos os que estão dentro do ambiente escolar. Esses três temas então, se relacionam a desvalorização no geral e a violência escolar com os resquícios ainda do retorno no pós pandemia são muitas questões que nos mostram o quanto falta suporte e apoio psicológico para esses profissionais, e diante disso é notável a intensificação do adoecer docente que estamos falando, aqui se intensifica o estresse, cansaço, e o esgotamento emocional. Além de todos esses fatores, o NEM criado com a promessa de modernizar o ensino trouxe mais inseguranças e sobrecargas com os itinerários informativos ou assumir disciplinas novas sem o suporte necessário para que de fato fosse um bom caminho a se tomar.

Muitos estudos analisados mostraram que o professor se sente esgotado, e um dos motivos dessa sensação é a desvalorização, segundo Martins (2018) o professor hoje em dia vive o que chamamos de “ fragilização da formação humana” onde esse trabalho deixa de ser reconhecido como uma construção e começa a ser visto apenas como resultados, a autora diz que, “o sujeito docente se vê obrigado a cumprir essas metas e responsabilidades que por vez estão além da sua capacidade física ou mental” (MARTINS, 2018, p. 5) e esse é o sentimento que gera a frustração por não ter seus esforços reconhecidos e nem valorizados tanto pela instituição quanto pela sociedade, como se já não bastasse o docente é quem geralmente é culpabilizado pelos problemas da educação, como se o sucesso ou o fracasso dependessem unicamente do professor, usando a lógica da meritocracia para esconder a precarização e as desigualdades desse cenário.

Essa desvalorização deixa o docente vulnerável para sofrer com a violência que também é abordada por muitos autores na análise da literatura realizada Cardoso et al (2019, p. 6) afirma que “o ambiente escolar tornou se um local de conflitos constantes, onde o

professor precisa lidar com a indisciplina a falta de respeito e alguns casos, com agressões físicas ou verbais”. O mais grave é que o professor muitas vezes vai ser afetado de forma ao levar até o adoecimento, porque essas tensões e desafios se tornam gatilho para o esgotamento. O crescimento dos relatos de violência verbais ou psicológicas e até mesmo físicas, a falta de apoio geralmente da gestão escolar, o professor como o principal alvo da frustração que é gerada por pais, e alunos e a escola como um espaço não mais visto como seguro e acolhedor são alguns dos fatores que somam ao que chamamos aqui de fatores de adoecimento docente.

Já os efeitos do período de pós pandemia de COVID-19 o que escancarou e mostrou muitos dos limites e despreparo do sistema educacional, além de toda a preparação e engajamento para se adaptarem a esse novo cenário e até mesmo sem recursos e sem apoio como diz Ladeira et al (2020, p. 3) no artigo analisado do Noroeste Fluminense é relatado que muitos professores desenvolveram problemas graves nesse período “a falta de preparo institucional para o ensino remoto contribuiu significativamente para o sofrimento psíquico docente”, mas mesmo dessa forma as cobranças continuaram, e um dos maiores resultados disso é o aumento dos casos de Burnout. O outro grande problema dentro desse cenário é implementação no NEM onde a reforma do mesmo não possui estrutura adequada onde professores dão aula de conteúdo que não dominam, aumentando suas inseguranças o sentimento de despreparo e de ter que dar conta de algo que não foi escolhido por ele e que não se era esperado

3.1.3 Medicalização, Burnout e Sofrimento psíquico

Não se é possível ignorar o quanto o sofrimento emocional é um estado silencioso e constante na vida rotineira de muitos dos nossos professores no Brasil, não apenas a pressão por bons resultados e desempenho da educação mas a sobrecarga dos professores e a alta desvalorização profissional e a falta de apoio que gerada dentro do ambiente escolar, são fatores que, quando somados afetam diretamente a saúde docente, seja física ou mental, esse desgaste acumulado em muitos dos casos é manifestado de forma grave como estresse, ansiedade, e o mais comum a síndrome de *Burnout* que é o esgotamento profissional causado por estresse crônico ou exaustão extrema, dores musculares, sentimento de incompetência, com resultado em sintomas físicos e comportamentais (BRASIL 2025).

Na nossa realidade, os professores continuam trabalhando mesmo doentes, e isso ocorre por muitos principalmente pelo medo de perderem sua renda ou pela ausência de substitutos

disponíveis na rede pública. É aqui que se inicia um grande problema: os docentes acabam se forçando a continuar, mesmo diante do esgotamento, e essa lógica de resistência gera ainda mais tensão e sobrecarga. O espaço que deveria ser voltado à prevenção, ao autocuidado e às políticas preventivas transforma-se, na prática, em um espaço de medicalização e sofrimento. Trata-se, na essência, de um problema social e estrutural, mas que acaba sendo tratado como uma questão de saúde individual, à medida que desenvolve implicações médicas ou patológicas.

Isso quer dizer que, em vez de se olhar para o cenário e identificar, na prática, todas as questões que chegam ao adoecimento como as más condições de trabalho e o excesso de cobranças impostas pelo sistema educacional e pelas comunidades de pais, o sofrimento docente passa a ser tratado como uma questão individual, quando, na verdade, trata-se de um problema complexo, marcado por múltiplas falhas estruturais. Quando esse sofrimento é "solucionado" por meio da medicalização ele é individualizado, em vez de enfrentar as causas reais, o que se faz na prática, é silenciar o sofrimento do indivíduo, levando-o de volta para o mesmo ambiente onde adoeceu. Essa questão se conecta diretamente com a lógica neoliberal no campo da educação, marcada pelo foco em produtividade e metas de desempenho, o que contribui para a desvalorização profissional e o aprofundamento das desigualdades e o trabalhador visto como um recurso, e a medicalização é uma forma simbólica do reparo, e isso impede de solucionar o quanto antes os problemas reais.

Facci (2018) nos traz que o sofrimento dos professores não é uma questão de individualidade ou de vulnerabilidade, mas sim consequência que se revela desumana. Para a autora, “a lógica da produtividade imposta nas instituições escolares esvazia o sentido do trabalho e favorece o adoecimento” (FACCI, 2018, p. 6). Ou seja, trata-se de um fator de adoecimento de um ambiente que cobra em grande quantidade, mas que não oferece o cuidado e a atenção devida ao docente, uma realidade evidenciada também em diversos outros artigos analisados, não sendo um fator isolado.

Essa crítica é reforçada por Ladeira et al. (2020), ao abordarem a chamada “medicalização do sofrimento docente”. Segundo os autores, há uma tendência de lidar com o problema por meio de “medicamentos e afastamentos pontuais, sem alterar as condições que causam esse sofrimento” (Idem., 2020, p. 4). Isso demonstra a realidade como o sistema educacional lida com o princípio do problema, ignorando a precariedade das condições de trabalho, a pressão cotidiana no contexto escolar e a ausência de políticas públicas efetivas

que valorizem os esforços dos professores e reconheçam sua relevância social, essa falsa solução ocorre de maneira paliativa que não trata de fato o causador do adoecer docente.

Uma das principais causas do adoecimento docente, a medicalização, leva ao que Martins (2018, p. 5) denomina como “adoecer por dentro”, expressão recorrente em diversos relatos analisados nos artigos, nos quais professores afirmam não sentir mais o prazer que antes tinham em dar aula, em razão das condições enfrentadas na atualidade (ao longo da década analisada). Apesar disso, como já mencionado, muitos continuam enfrentando suas dificuldades e comparecem às escolas para “fazer o que deve ser feito”, por não disporem de alternativas concretas para deixar o trabalho docente. Com isso, acabam mergulhados na Síndrome de Burnout, marcada pelo esgotamento emocional causado por um estresse prolongado no ambiente de trabalho, condição cada vez mais comum entre os profissionais da educação. A questão se agrava ainda mais quando a instituição, em vez de acolher o docente e oferecer o suporte necessário, reforça a lógica da cobrança por resultados e, por vezes, trata os professores readaptados como profissionais não qualificados, contribuindo para a desvalorização simbólica e o aumento ou aprofundamento do sofrimento psíquico, podendo ainda criar estigmas como o hesito em buscar ajuda por poder ter a competência questionada, ou o realocamento que pode causar o questionamento de identidade por exemplo.

Moraes (2009), em seu estudo acerca do adoecimento na docência da educação básica, enfatiza que o professor está altamente exposto a ambientes de intensa pressão, nos quais a escuta é espaço escasso. A autora afirma que “a saúde psíquica do docente é afetada pela ausência de reconhecimento simbólico e pela invisibilização do sofrimento no espaço escolar” (Idem, 2009, p. 3). Isso implica que além de ser constantemente sob cobrança em diversos contextos, o professor, mesmo em estado de sofrimento, é frequentemente negligenciado, tendo seus problemas reparados por meio da medicalização, que acaba por “disfarçar” o sofrimento docente em vez de enfrentá-lo em sua origem estrutural. A romantização da profissão também é algo que naturaliza o mal estar, porém a medicalização ainda é uma cortina de fumaça que compromete o enfrentamento dos fatores causais do adoecer.

A consequência disso é que o problema persiste, e tende a continuar acontecendo, de forma silenciosa, pois os professores retornam dos afastamentos sem receber o devido apoio institucional. Segundo Rocha et al. (2018), essa situação “compromete tanto a permanência no cargo quanto a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas”, efeitos diretos do esgotamento e da dificuldade em manter a mesma dedicação após o adoecimento.

O esvaziamento simbólico do trabalho pedagógico é um dos efeitos mais cruéis da lógica educacional marcada por metas (PNE), diretrizes, comandos e cobranças sem o devido auxílio ou suporte institucional (como no caso do NEM), bem como por mecanismos de controle que ignoram o ser humano por trás da figura do professor. Um dos muitos exemplos observados na análise da literatura aparece no estudo de Cardoso et al. (2019), cujo artigo aponta que “muitos docentes voltam às atividades sem estarem recuperados ou motivados, pelo medo de perder o cargo” (CARDOSO et al., 2019, p. 7). Esses dados mostram que frequentemente o mesmo ambiente que adoece o professor, na maioria dos casos, não é preparado para poder acolhê-lo em seu retorno. Quando o sofrimento psíquico não é reconhecido nem tampouco tratado, tende a gravar e, no contexto da profissão docente, isso se torna um indício evidente das deficiências estruturais da educação brasileira.

Diante disso, fica evidente que o adoecimento docente não pode ser compreendido de maneira isolada, individualizada ou clínica. A redução simbólica do trabalho pedagógico faz do professor não um mediador de conhecimento mas um realizador de trabalho, a falta de reconhecimento institucional e a forma como o desvaloriza, a volta antecipada de professores adoecidos é desumana, e a invisibilização do sofrimento no dia a dia escolar apontam para uma crise abrangente e uma crise estrutural no jeito como a educação tem sido administrada, e vivida nas últimas décadas e como uma resposta às escolhas que foram tomadas por escolhas políticas ou econômicas.

Por esse motivo, falar sobre medicalização, burnout e sofrimento docente não é tratar apenas da saúde mental de profissionais da educação. É questionar como estamos tratando o professor e como a estrutura educacional tem se posicionado frente a esse cenário caótico. Como afirmam diversos autores analisados, é urgente retirar o foco exclusivo dos medicamentos e das soluções paliativas, e direcioná-los para mudanças das condições reais de trabalho, na valorização docente na formulação de políticas públicas eficazes e comprometidas com a escuta e o cuidado do exercício docente.

Portanto, trata-se de deslocar o olhar do indivíduo adoecido para o sistema que adoece e, de respostas isoladas, para ações estruturais.

3.1.4 Interação dos fatores

Diversos autores e autoras, como Cardoso (2019), Silva (2023), Penteado (2019), Eugênio (2017), Gouvêa (2016) e Facci (2019), abordam em seus estudos o impacto da desvalorização simbólica e das condições de trabalho na saúde docente. Os autores destacam

que o desprestígio atribuído ao professor, quando somado à ausência de reconhecimento institucional, contribui para a formação de um ambiente de hostilidade subjetiva. Nesse contexto, o docente muitas vezes acaba sendo responsabilizado pelos resultados negativos esperados pelas instituições. Há consenso entre esses estudiosos de que a saúde dos professores está gravemente comprometida.

No mesmo sentido, autores como Reis (2021) e Martins (2019) debatem o adoecimento docente sob a visão da lógica de precarização, caracterizada por jornadas exaustivas e acúmulo de funções. Reis destaca a realidade de professores que atuam em mais de uma escola, enquanto Martins observa como essa dinâmica pode resultar no esgotamento progressivo, o qual é por ela identificado como uma das formas mais intensas de sofrimento.

Outro grupo de pesquisadores, como Pereira (2020), Duarte (2014), Freitas (2016), Schuster (2016), Zanoni (2018), Bispo (2018) e Silva (2023), parte de reflexões similares ao abordar distintas dimensões do sofrimento mental docente. Esses autores dizem, sobretudo, a resposta institucional mais comum frente ao adoecimento: a medicalização. A maioria das análises críticas que o uso de medicamentos tem sido tratado como uma solução paliativa, ineficaz, que não enfrenta as causas estruturais do problema, apenas o abafa momentaneamente.

Após a análise separada dos fatores que compõem o adoecimento docente, torna-se evidente que todos eles estão conectados e não ocorrem de forma isolada. Na verdade, fazem parte de um processo contínuo e acumulativo que transforma a sala de aula em um ambiente tenso e emocionalmente carregado. A sobrecarga aparece como um dos principais pontos de partida: são múltiplas tarefas, turmas numerosas e a extensão do trabalho para além do espaço escolar, o que, por si só, já é exaustivo.

Essa realidade se torna intensa nos contextos de precarização, caracterizada por contratos temporários e salários reduzidos. O professor desempenha plenamente sua função, mas é reconhecido, o que agrava ainda mais a desvalorização simbólica e material da profissão, acrescenta-se a isso a violência escolar, que está entre um dos maiores agravantes enfrentados no cotidiano, tornando o ambiente educacional inseguro que pode levar por exemplo ao estresse crônico aumentando o desgaste significativos.

A sensação de desvalorização é intensificada pela falta de reconhecimento institucional do trabalho docente, principalmente em momentos de grandes transformações no sistema educacional. Entre elas, destacam-se as adaptações exigidas pela implementação do Novo Ensino Médio, os constantes cortes de gastos e desinvestimentos em educação, a

aprovação da Base Nacional Comum Curricular e os efeitos da pandemia de Covid-19. Todos esses fatores, em conjunto, compõem um cenário que afeta não apenas a saúde dos professores, mas também a qualidade do ensino e a viabilidade da profissão.

Fatores que quando combinados e sobrepostos, resultam no processo de adoecimento docente no contexto em análise. É nesse ponto que surge uma das maneiras mais intensas de sofrimento: o sofrimento psíquico. Condições como a Síndrome de Burnout, a ansiedade e a depressão que surgem de um ambiente de trabalho hostil, caracterizado por exigências constantes, pressão por resultados, e ausência de apoio. Em vez de uma resposta preventiva, muitas vezes a instituição é demorada e resulta na medicalização ou no afastamento do trabalho, o que não resolve o problema em sua estrutura, pelo contrário, intensifica a lógica do sofrimento docente silenciado, tratando seus efeitos com paliativos e ignorando as causas estruturais invisíveis aos olhos da gestão do campo educacional.

Os três eixos centrais analisados são condições do trabalho, as relações institucionais e os impactos emocionais e que estão interligados. Quando o professor adoece, muitas pessoas são afetadas nesse círculo. O comprometimento da saúde do professor interfere diretamente na qualidade do ensino e até mesmo do processo educativo. Um professor esgotado ou sem apoio institucional terá dificuldade em conseguir a longo prazo manter a dedicação e o engajamento que são necessários para um trabalho pedagógico relevante. Essa restrição, portanto, não está relacionada à vocação, como se tenta romantizar, mas sim aos limites do corpo e da mente humana perante uma realidade de sobrecarga constante. Situação essa que afeta sobretudo as escolas da rede pública, onde a escassez de recursos pedagógicos e infraestrutura precária tornam o ambiente ainda mais difícil. Quando o professor adoece, perde-se o ritmo da aprendizagem, e a sala de aula pode se tornar um espaço instável, em que a troca de conhecimento se fragiliza.

O ambiente escolar, como um dos principais espaços de formação social, deve prescindir de profissionais reconhecidos e motivados. Quando os docentes adoecem, os alunos também perdem seu espaço de acolhimento, a qualidade do ensino e o propósito educativo, e quando a aprendizagem se torna mecânica e vazia de afeto e envolvimento, surge uma geração de estudantes que não se reconhece no processo educativo e mais grave ainda é naturalizar esse cenário. A ideia de que tudo bem estar estressado, exausto, ou desmotivado e, mesmo assim, permanecer no ambiente que causou esse sofrimento, é uma distorção preocupante. Quando o adoecimento é deixado para depois para as férias, para o feriado, para o futuro, temos a confirmação de que o Estado não considera a educação uma prioridade real. O que se

transmite ao educador é uma mensagem clara: o seu sofrimento não é urgente, e sua saúde não é prioridade e seu trabalho infelizmente não é valorizado.

O efeito do adoecimento docente não se encerra nos limites da escola, mas atravessa a vida de cada aluno que repercute na sociedade no geral. Promove a desvalorização da profissão, intensifica as desigualdades e compromete o direito à educação de qualidade. Em uma leitura comparativa entre os estudos mais recentes, como o de Medeiros et al. (2023), e os trabalhos analisados no início da década, percebe-se que os causadores de adoecimento permanecem os mesmos e segundo os autores, “podemos notar que são vários os fatores que causam o adoecimento docente, porém a desvalorização do professor e a carga horária exaustiva, somadas à falta de políticas públicas eficientes, justificam o excesso de adoecimento, seja físico ou mental, dos profissionais da educação” (MEDEIROS et al., 2023, p. 13).

Essa constatação é corroborada pela análise de Vieira (2013), que já identificava, à época, a precariedade de recursos como um dos fatores primários do adoecimento docente: “os fatores primários abrangem a falta de material didático necessário, que limita a renovação metodológica dos professores em suas salas” (VIEIRA, 2013, p. 4). Os problemas enfrentados ao longo da década são dessa forma estruturais e resistentes. A continuidade das queixas e diagnósticos indicam para a permanência de um modelo que silencia, adocece e desvaloriza. Se as diretrizes e metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação fossem efetivamente implementadas, é possível afirmar que boa parte desses fatores já teriam sido solucionados ou atenuados.

4. Considerações finais

A análise revela que o adoecimento docente não se configura como um fenômeno individual, ao contrário, trata-se de uma consequência de um sistema educacional que impõe cobranças constantes por uma produtividade, mas oferece pouco apoio institucional, pouco reconhecimento profissional e condições de trabalho constantemente precárias. Essa realidade se intensifica entre os professores da rede pública, que enfrentam múltiplas exigências, desvalorização social e a ausência de políticas públicas efetivas voltadas para saúde e ao bem-estar docente. E agora para responder as questões que compreendi como importantes para a análise da literatura, dos autores recorrentes e profissionais que lideram o estudo da temática, onde inclusive na própria literatura analisada houve a repetição de uma mesma

autora na temática Marilda Facci esteve em duas revistas do Paraná, com os temas “*O adoecimento do professor frente a violência escolar*” do ano de 2019 e “*Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento*” do ano de 2018, e outro resultado foi os estados onde estão sendo desenvolvidos os trabalhos de acordo com o recorte (quadro 4). A análise de literatura sistematizada evidencia que o tema do adoecimento docente tem mobilizado diversas áreas do conhecimento, com destaque para os campos da educação, psicologia e saúde coletiva, e um aspecto relevante identificado foi a presença significativa das mulheres liderando pesquisas sobre a temática, o que nos indica além do protagonismo maior feminino na produção acadêmica, também a ligação direta da experiência vivida e a pesquisa científica, visto que muitas dessas pesquisadoras compartilham das mesmas condições objetivas de trabalho que relatam, a presença marcante traz consigo a urgência do suporte para essa categoria impactada na última década profundamente. A outra questão de quais lacunas pude notar dada a literatura analisada, sendo levados em consideração o recorte feito, foram a pouca presença de autores em regiões como o Centro Oeste e o norte, seja porque não chegaram a ser incluídas no recorte devido à seleção ou pelo adoecimento docente poder estar concentrado de fato em regiões como o Sudeste, outro incômodo que pode ser uma lacuna é que nem todos os artigos apresentam propostas de intervenção, mas descrevem os problemas e apresentam os fatores de adoecimento. Ainda que a análise tenha obtido muitos resultados, creio na necessidade de analisar os recortes como gênero, raça e classe, e não apenas de forma generalizada do adoecimento, essas lacunas nos direcionam para uma necessidade de novas futuras pesquisas que proporcionem mais compreensão plural da realidade docente no país no sentido dos fatores do adoecimento.

Embora já tenham estudos no campo da sociologia sobre a temática, neste trabalho a área predominante de conhecimento que tem produzido literatura tenha sido a psicologia, com a sociologia podem ter contribuições mais profundas articulando o adoecimento com os processos por exemplo da precarização, pode ser que faltem debates sobre a temática ou que não haja grande repercussão ainda sobre esse recorte.

Outro aspecto que merece atenção é a discrepância entre a realidade educacional e o que estabelece a Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata da valorização do magistério. Os artigos analisados refletem que existe uma lacuna entre a promessa das políticas de valorização e a experiência vivida no cotidiano dos docentes, marcada pelas frustrações, pelo desgaste emocional e pelo abandono institucional que resulta no adoecer.

Com base nos dados levantados, esta pesquisa não se limita a descrever um problema frequente, mas propõe uma leitura crítica e sensível sobre o que quer dizer "adoecer ensinando" no Brasil. Mais do que um reflexo de tempos difíceis, trata-se de um sofrimento silencioso, que é ignorado por políticas públicas e negligenciado por diversas entidades, assim como as instituições. O presente trabalho não pretende ser apenas mais uma voz no debate, mas sim abrir caminhos para futuras investigações, reforçando a urgência de transformar esse sofrimento em escuta, reconhecimento efetivo e ações concretas de apoio. Que o adoecimento dos educadores deixe de ser um silêncio preocupante e passe a ocupar um lugar na agenda pública, com políticas eficazes de cuidado para aqueles que, todos os dias, cuidam da formação das novas gerações.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, M. M. Do mal-estar ao adoecimento docente em tempos de pandemia. *Ensino em Perspectivas*, v. 2, n. 3, p. 1–2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6244>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BISPO, Paula Marília de Oliveira; AGUIAR, Carolina Villa Nova. Saúde e adoecimento psíquico de professores: estudo sobre burnout e qualidade de vida no trabalho. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 7, n. 1, p. 10–19, 2018. Disponível em: <https://journals.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1665>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb>. Acesso em 28, jun 2025.

BRASIL. JusBrasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1879078200/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-de-1996-lei-9394-96>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação básica: IDEB Brasil avança nos anos iniciais do ensino fundamental. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/ideb-brasil-avanca-nos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC aprova novas diretrizes para formação de professores. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/mec-aprova-novas-diretrizes-para-formacao-de-professores>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Mulheres são a maioria na docência e na gestão da educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Ranking do Pisa: Brasil avança, mas ainda fica atrás de países da América Latina. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Síndrome de Burnout. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Reforma do Ensino Médio é sancionada com veto à mudança no Enem. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/01/reforma-do-novo-ensino-medio-e-sancionada-com-veto-a-mudanca-no-enem>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. JusBrasil art. 205 da Constituição Federal de 1988 <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CARA, Daniel Tojeira. O fenômeno de descumprimento do Plano Nacional de Educação. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10042023-143007/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CARDOSO, Jafé da Silva; NUNES, Claudio Pinto; MOURA, Juliana Silva. Adoecimento docente: uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/BA. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 57, p. 125–140, abr. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052019000200125&lng=p&t&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2025. <https://doi.org/10.12957/teias.2019.39552>.

CNN Brasil. Entre os países da OCDE, Brasil é um dos que menos investe em educação. Disponível em: <https://cnnbrasil.com.br/noticias/entre-os-paises-da-ocde-brasil-e-um-dos-que-menos-investe-em-educacao-fb19>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CORTEZ, P. A. et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 25, n. 1, p. 113–122, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/8d4rRcpjzrYjBhjvnrTLZpc/?format=html>. Acesso em: 19 jun. 2025.

DUARTE, M.F. et al. O trabalho das docentes da Educação Infantil e o mal-estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais no adoecimento. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 281–289, 2014. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v17i2p281-289. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/112348>. Acesso em: 19 jun. 2025.

EUGÊNIO, Benedito et al. Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia. *Laplace em Revista*, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756522016>. Acesso em: 19 jun. 2025.

FACCI, M. G. D.; URT, S. da C.; BARROS, A. T. F. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 2, p. 281–290, maio 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Fp3LN9tv4Ym9QfpV8dfGyLS/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2025.

FACCI, M. G. D. O adoecimento do professor frente à violência na escola. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. 2, p. 130–142, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/YfVf8PZtTKfvy3W4HRJhbxB/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto et al. As pesquisas denominadas de estado da arte. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 40, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FORANTTINI, Cristina; LUCENA, Carlos. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. *Dialnet, UniRioja*, v. 1, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6193559>. Acesso em: 19 jun. 2025.

FREITAS, P. A. M.; SILVA, S. M. Trabalho Docente Cercado Por Circunstâncias que São Fonte De Adoecimento. *Revista Direitos, Trabalho, e Política Social*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 126–151, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/8768>. Acesso em: 15 abr. 2025.

GOUVÊA, L. A. V. N. de. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. *Saúde em Debate*, v. 40, n. 111, p. 206–219, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/csTLDPyFBWXLBTnSn6R8qp/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LADEIRA, Thalles Azevedo; PRADO, P. A.; INSFRAN, Fernanda. Adoecimento e medicalização de professores do noroeste fluminense antes e durante a pandemia covid-19. In: Adoecimento e medicalização de professores do noroeste fluminense antes e durante a pandemia covid-19. [S. l.]: Pedro & João Editores, 2020. p. 183-196. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/01/ebookPandemia-1.pdf#page=184>. Acesso em: 19 jun 2025

LOURDES, Marilene. Mal-estar docente e sofrimento psíquico: portas de entrada para o adoecimento. *II Encontro de Pesquisa em Educação*, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/anais/article/view/703>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LYRA, Thaís. Pesquisa revela que saúde mental piorou dos professores piorou em 2022. Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MACHADO, Marília Claret Aranha Ribeiro; MEDEIROS, Fernanda. Análise de um artigo que utiliza Estado da Arte para analisar o ensino de Sociologia. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, p. 305–321, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/BgWbVv4D5cFjSVGYSBhP33S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MARTÍNEZ, Margarita Zorrilla Fierro. El Estado del arte, una metodología de investigación. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, v. 5, n. 14, p. 105–122, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4978/497856275012.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MARTINS, Lígia Márcia. O sofrimento e/ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 11, p. 127–144, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ce marx/article/view/11294>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MEDEIROS, Bruno et al. Discutindo trabalho docente e adoecimento. *Revista Transmutare*, v. 9, 2024. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rtr/article/view/17410>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MOURA, Juliana da Silva et al. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. *Revista Profissão Docente*, v. 19, n. 40, p. 1–17, 2019. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MUNIZ, Vitor. Futuros professores listam os desafios que explicam queda no interesse pelo trabalho em sala de aula. G1.Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/27/futuros-professores-listam-os-desafios-que-explicam-queda-no-interesse-pelo-trabalho-em-sala-de-aula.ghtml>. Acesso em 04 maio. 2025.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. *Saúde e Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 135–153, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180304>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PEREIRA, Maria José. Mal-estar e adoecimento docente no contexto da educação infantil. PUC Goiás: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, 2020. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4474>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PONTE, F. R.; ROSTAS, M. H. S. Precarização do trabalho docente e adoecimento: Covid-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. *Revista Thema*, v. 18, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, v. 6, n. 19, p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 4 mai. 2025.

RICARDO, Luis. Pesquisa mostra que Brasil falha na recuperação da aprendizagem após o COVID-19. Sinprodf. (2023) Disponível em: [https://www.sinprodf.org.br/pesquisa-mostra-que-brasil-falha-na-recuperacao-da-aprendizagem-apos-covid-19/#:~:text=Isso%20inclui%20dificuldades%20de%20transporte,estudantes%20e%20professores\(as\)](https://www.sinprodf.org.br/pesquisa-mostra-que-brasil-falha-na-recuperacao-da-aprendizagem-apos-covid-19/#:~:text=Isso%20inclui%20dificuldades%20de%20transporte,estudantes%20e%20professores(as)). Acesso em 19 jun de 2025.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira De Educação*, 2009, 14(40), 143–155.

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012> Acesso em 19 jun. 2025.

SILVA, Ana Paula; BEZERRA, Lucas. Adoecimento docente e desafios contemporâneos da educação: um estudo de revisão. *Revista Educação & Sociedade em Debate*, v. 3, n. 1, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3fp5VFrYzSBQnPxTfYtMM>. Acesso em: 4 mai. 2025.

SILVA, C.; CARVALHO, D. O novo Ensino Médio no Brasil: : evidências para pensar o problema da segmentação e das desigualdades educacionais. *Revista Ponto de Vista, [S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 01–20, 2024. DOI: 10.47328/rpv.v13i2.16887. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/16887> Acesso em: 4 mai. 2025.

SILVA, J. C. da et al. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, e242262, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242262>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SILVA, T. S. da; PASQUALLI, R.; SPESSATTO, M. B. Desafios Da Implementação do Novo Ensino Médio: O que dizem os professores. *Educação em Foco, [S. l.]*, v. 28, n. 1, p. e 28007, 2023. DOI: 10.34019/2447-5246.2023.v28.39210. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/39210> . Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, M. S. da; SILVA, M. do S. L. da. Estratégias de enfrentamento ao adoecimento docente nas escolas municipais de Manaus, Brasil. *Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 7, p. 188–200, 2023. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/143>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SOUZA, Farney. Adoecimento mental e o trabalho do professor: um estudo de caso na rede pública de ensino. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, [S. l.]*, v. 21, n. 2, p. 103–117, 2018. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v21i2p103-117. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/146374>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SOUZA, K. R. de et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, e00309141, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00309>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SCHUSTER, Marcieli. Corpo e adoecimento na percepção docente. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3330> . Acesso em 19 jun. 2025

VIEIRA, Marilene. Mal Estar docente e sofrimento psíquico: portas de entrada para o adoecimento.v.1 n.1(2013) 7º encontro de pesquisas em educação.Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/anais/article/view/703> . Acesso 19 jun. 2025

ZANONI, Daniel; BEATRIZ, Maria. Saúde mental e trabalho docente. *Periódicos de Psicologia (PePSIC)*, v. 23, n. 3, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-294X2018000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 19 jun. 2025.

66% Dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde.CNTE, 17 Ago. 2018. Disponível em

<https://cnte.org.br/noticias/66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-por-problemas-de-saude-b25a#:~:text=%E2%80%9CO%20adoecimento%20do%20professor%20repercute,para%20preservar%20a%20sua%20identidade>. Acesso em 04 Maio. 2025.

8 em cada 10 educadores sofreram agressão no ambiente escolar neste ano, diz estudo. CNN 28 Ago. 2023. Disponível em : <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/8-em-10-educadores-sofreram-agressao-no-ambiente-escolar-neste-ano-diz-estudo/>. Acesso em 30 jun de 2025.